



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB.**

**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE
ESCOLAR (UNIAFRO)**

Amadeu Cardoso do Nascimento

**NEGRO NAS NARRATIVAS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL II E A LEI 10.639/03 (DE 1994 A 2010).**

Redenção- Ceará
Junho – 2016

Amadeu Cardoso do Nascimento

**NEGRO NAS NARRATIVAS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA O ENSINO
FUNDAMENTAL II E A LEI 10.639/03 (DE 1994 A 2010).**

Monografia apresentado como exigência para a obtenção do título de especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

Redenção- Ceará
Junho – 2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

N193n Nascimento, Amadeu Cardoso do.

O negro nas narrativas do livro didático de história o ensino fundamental II e a lei 10.639/03 (de 1994 a 2010). / Amadeu Cardoso do Nascimento. – Redenção, 2016.

53 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza.
Inclui referências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Currículos - Mudança – Brasil. 3. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. I. Título.

CDD 344.81077

Amadeu Cardoso do Nascimento

**O NEGRO NAS NARRATIVAS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA O ENSINO
FUNDAMENTAL II E A LEI 10.639/03 (DE 1994 A 2010).**

Monografia apresentado como exigência para a obtenção de especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA

EM REDENÇÃO, _____ DE JUNHO DE 2016

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

Professora Francineide Bezerra.

Professora Vera Rodrigues.

Redenção- Ceará
Junho – 2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jose Matos e Dulce Maria, que nunca mediram esforços para dar uma melhor educação para seus filhos. Aos meus avós, Luiza Felipe e Godofredo Maciel (*In memoriam*), que sempre estiveram ao meu lado em tudo na minha vida; aos meus irmãos, especialmente a minha irmã Vania Cardoso pelo companheirismo diário e aos meus queridos sobrinhos Livia, Caik, Antônio Carlos, Joao Pedro, Davi Lucas, Mateus, Evelyn e Andressa.

RESUMO

Esta monografia tem como tema “Negro nas narrativas do livro didático de história do ensino fundamental II e a Lei 10.639/03, de 1994 A 2010”, os livros didáticos utilizados na pesquisa foram encontrados nas escolas públicas no município de Itapiúna, utilizados em sala de aula ou como pesquisa de professores e alunos nas bibliotecas. Com este trabalho buscou-se compreender as narrativas sobre o negro nos livros didáticos de história e a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira. As questões que nortearam essa investigação foram: como os autores dos livros didáticos investigados narram sobre os negros ao longo da história? Como o negro é representado nos livros didáticos investigados? Como a Lei 10.639/03 surge tornando-se obrigatório o ensino positivo da cultura afro-brasileira nas escolas? Ao longo da pesquisa percebemos que algumas narrativas sobre o negro ao longo da história passam por ressignificações. Para a realização do trabalho foi necessária a análise das narrativas dos livros didáticos, a partir da divisão em categorias: trabalho, luta e abolição, seguindo a metodologia de BARDIN em que o autor utiliza a metodologia das categorias para realizar sua pesquisa. Das nossas referências bibliográficas fizeram parte autores como BRANCO, GOMES, HOLANDA, MAESTRI, OLIVEIRA, ORIÁ, GILROY, RIBEIRO, entre outros. O recorte temporal da pesquisa se delimita entre os anos de 1994, ano que antecede a LDB 9394/96, a 2010, anos posteriores a Lei 10.639/03.

PALAVRAS-CHAVE: Negro, Livro Didático de História, Lei 10.639/03.

RESUMEN

Este documento tiene como tema la presencia del negro en las narrativas del libro de texto de historia de la escuela primaria II y la Ley 10.639 / 03, de 1994 a 2010, que fuera utilizado en las escuelas públicas en la ciudad de Itapiúna en las clases de historia o como pesquisa por parte de profesores y estudiantes en las bibliotecas. Este estudio trata de entender las narrativas sobre el negro en los libros de texto de historia y de la Ley 10.639 / 03, que obliga a la enseñanza de la cultura afro-brasileña. Las preguntas que orientaron esta investigación fueron: ¿cómo los autores de los libros de texto investigados narran los negros a lo largo de la historia? ¿A medida que el negro está representado en los libros de texto investigados? ¿Qué cambios y continuidades de las representaciones sociales utilizados en el negro en los libros de texto? ¿A medida que la Ley 10.639 / 03 se plantea convertirse en obligatoria la enseñanza positiva de la cultura afro-brasileña en las escuelas? ¿Como el libro de texto ayuda a fortalecer el prejuicio, el racismo y los estereotipos de negro largo de la historia? ¿Cuáles son las perspectivas históricas sobre el negro presentado en el libro? Durante la investigación nos dimos cuenta de que algunas representaciones del negro largo de la historia pasan por reinterpretación. Para llevar a cabo el trabajo realizado el análisis de los relatos de los libros de texto, a partir de la división en categorías: el trabajo, la lucha y la abolición, siguiendo la metodología de Bardin en el que el autor utiliza la metodología de las categorías para hacer su búsqueda. El marco de tiempo de la investigación delinea entre los años 1994, un año antes de la LDB 9394/96, de 2010 año después de la Ley 10.639 / 03.

Palabras clave: negro, libro de texto de Historia, Leyes 10.639 / 03.

INTRODUÇÃO	08
1. O NEGRO NAS NARRATIVAS DO LIVRO DIDÁTICO DE 1994 A 2001	14
1.1 AS NARRATIVAS DOS LIVROS DE BOULOS, PILETTI E COTRIM.	17
2. O NEGRO, O TRABALHO ESCRAVO E O TRÁFICO	23
3. A LUTA E A ABOLIÇÃO NAS NARRATIVAS ENTRE 1996 A 2010	36
3.1. AS LUTAS E RESISTENCIAS DO NEGRO	37
3.2. ABOLIÇÃO	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Desenvolvemos essa pesquisa com base na análise das narrativas do livro didático de história do ensino fundamental II, entre os anos de 1994 a 2010. Foram selecionados para nossa pesquisa dez (10) livros didáticos utilizados nas escolas públicas das cidades de Itapiúna situada na região do Maciço de Baturité, Ceará.

Na análise do material selecionamos as narrativas que abordavam sobre o negro na História do Brasil, desde sua captura na África ao processo de abolição da escravatura. Selecionamos as narrativas que consideramos significativas para o nosso trabalho, que foram sendo elencadas em categorias. Com a temática sobre “o negro” no Brasil de 1994 a 2010, dos dez livros analisados, quatro eram referentes ao final do século XX (1994 – 2001) e seis correspondiam ao início do século XXI (2006 – 2010). Em seguida foram feitas as observações e análises em categorias. O processo metodológico das categorias foi encontrado nos trabalhos de Branco (2005) e de Silva (2011) em que os autores selecionam categorias a serem investigadas em suas pesquisas. Em nossa pesquisa optamos pelas categorias trabalho, luta e abolição, relevantes para alcançar os objetivos aqui propostos.

A nossa pesquisa tem como objetivo fazer uma análise das narrativas sobre o negro na história do Brasil nos livros didáticos de história do ensino fundamental II de 1994 a 2010, focando as narrativas presentes que envolvem a temática e, ao mesmo tempo, buscando fazer um paralelo com a Lei 10. 639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas.

A LDB de 1996, fundamentada nos princípios de uma sociedade democrática estabelecidas pela constituição de 1988, artigo 206, e a LDB/96 N° 394/96, artigo 3° defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço a tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra escolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Conforme o texto da Lei (LDB/96, artigo 22, inciso I e II) a educação básica tem a finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos

posteriores.

Porém, para que a finalidade da educação básica venha a ser cumprida, a lei determina como competência da união estabelecer os currículos do ensino fundamental e médio que devem ter uma base nacional comum, a ser complementado em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e da sociedade da cultura, da economia e da clientela.¹ Levando em consideração apenas o ensino de história do Brasil resulta que deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especificamente das matrizes indígenas, africana e europeia.² A lei estabelece que os currículos e seus conteúdos mínimos observem as diretrizes que difundam os valores essenciais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática que considerem as condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento de ensino, que oriente os mesmos para o trabalho, promovendo o desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.³ É nessa difusão e respeito a diversidade que a nossa temática se encaixa como importante para a sociedade e para a academia. Dentro dessa abordagem diversa, a LDB/96 garante novas abordagens da história, modifica o fazer do cotidiano escolar, rompendo com o ensino dos grandes períodos históricos e valoriza os movimentos sociais.

Portanto, devemos ter alguns cuidados quanto uso e funções de uma representação no Livro Didático de História, para qualquer que seja o seu próprio público, crianças, adolescentes ou jovens. Nenhum texto é lida naturalmente, sua compreensão requer um aprendizado cultural que no limite, permite reconhecer, não a realidade em si mesma, mas a sua (re) apresentação, isso implica num exercício de ver e reconhecer o que vê, através de operações conceituais. Tal aprendizado se processa no ambiente cultural historicamente determinado, seguindo as regras de codificação definidas segundo as práticas de produção de sentido.

Essas ideias nos estimulam e desafiam a partir para a atividade da pesquisa. Justifica-se essa escolha no fato do autor aproximar o seu ofício de historiador com a sua prática no social.

O Livro Didático nas últimas décadas tem despertado um interesse por parte dos

¹ LDB de 1996, artigo 22, repetido no artigo 210 da Constituição Federal de 1988, que afirma que são fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais.

² Idem, artigo 26.

³ Idem, artigo 27, incisos I a IV.

pesquisadores, tornando-se uma fonte privilegiada para estudos de natureza histórica, educacional e cultural.

Os livros didáticos de história são testemunhos de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, éticos, sociais, cívicos e patrióticos, muitas vezes contribuem para olhares estereotipados sobre o negro.

Sobre o livro didático Lajolo e Zilberman (1999) nos esclarece que

apesar de ilustre, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico; ou ele fica superado, dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantados seu prazo de validade. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1999, p. 25)

Os livros escolares são objeto em circulação, por essa razão, são veículos de circulação de ideias que traduzem valores e comportamentos que se desejou que fossem ensinados.

Não podemos negar que a relação entre o livro escolar e a escolarização permite pensar na possibilidade de uma aproximação maior do ponto de vista histórico acerca da circulação de ideias sobre o que a escola deveria transmitir/ensinar, e ao mesmo tempo, saber qual concepção educativa estaria permeando a proposta de formação dos sujeitos escolares.

O livro didático e a educação escolar não se constituem como aspectos distantes da História, isto é, do contexto político, econômico e social de um dado período histórico, mas o contrário caracteriza-se pela influência mútua entre os diversos setores da sociedade, que tem como objetivo a formação social dos diversos sujeitos. Muitas vezes, o livro didático, trata-se de

Instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos (...) Atuam, na verdade, como mediadores entre concepção e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo. (FONSECA, 1999, p.24 apud CORREIA. p. 01)

Compreender a utilização do livro didático da educação básica no espaço escolar é de fundamental importância, uma vez que no seu cerne as concepções de sociedade que o autor transpassa ao escrito, visto que não há neutralidade nos discursos.

Sabemos que os conteúdos, muitas vezes, apresentados sobre a história e a cultura

afro-brasileira são determinados pelo processo seletivo socialmente produzido e historicamente situado, tendo como mediador os diversos interesses da classe dominante, os conteúdos que são adotados são dispostos nos livros e currículos oficiais de acordo com os interesses da classe burguesa. Mantendo, assim, a segmentação e fragmentação do processo histórico e conseqüentemente há um comprometimento na compreensão da realidade social pelo aluno.

Trabalhar a cultura Afro-brasileira é umas das melhores formas de combatermos o racismo, a violência e discriminação racial. Dialogando com a educação, nosso projeto traz uma importância social e acadêmica promovendo um contato com a diversidade cultural afrodescendente rompendo com estereótipos propagados pelo sistema educacional há décadas.

Não podemos negar que o livro didático é um instrumento que exerce um importante papel para fazer circular na escola o saber histórico-científico produzido pelos historiadores. É nele que a maioria do público interessado vai buscar as informações necessárias para tirar dúvidas ou satisfazer curiosidades. O mesmo deve passar, didaticamente, conhecimento histórico de qualidade. E esse conhecimento, deve ser acessível para a maioria das pessoas, ou seja, ao homem comum.

O livro didático como objeto de pesquisa possibilita diversas reflexões, diferentes olhares, nos proporciona novas ideias, novas abordagens e novos problemas, e uma melhor compreensão acerca da sua importância como instrumento didático que circulam nos mais diversos espaços educativos e que os mesmos, muitas vezes, são portadores de uma memória oficial. O livro didático de História é de extrema importância para compreendermos algumas perspectivas em relação às narrativas da história do negro no Brasil.

É necessário explicar como foi organizada a pesquisa, que tem sido abordada nessa introdução. Este momento foi construído a partir de um levantamento bibliográfico privilegiando as referências historiográficas e especializadas mais recentes.

Para alcançarmos nosso objetivo de analisar as representações do negro nas narrativas do livro didático de história do ensino fundamental II, foi necessário dividirmos nossos capítulos forma clara e sucinta.

Esta monografia tem como título “O negro nas narrativas do livro didático de história o ensino fundamental II e a Lei 10.639/03 (de 1994 a 2010)”. A mesma está distribuída em três capítulos.

O objetivo deste trabalho é apresentar o negro nas narrativas dos livros didáticos de história do ensino fundamental II. Os resultados da pesquisa e a análise do material

produzidos aparece aqui organizados em três capítulos, além de uma introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo contemplaremos as publicações de 1994 a 2001, período que antecede a Lei 10. 639/03, em segundo e terceiro capítulo contemplamos as publicações de 1996 a 2010. Os dez livros escolhidos foram as seguintes:

- Boulos Júnior, Alfredo. História do Brasil, v 1: colônia. – São Paulo: FTD, 1994.
- Cotrin, Gilberto. História e Consciência do Brasil, v. 2: da Independência aos dias atuais: 1º grau, 9º Ed. SP. Saraiva 1996.
- Piletti, Nelson. História e Vida: Brasil: da Independência aos dias atuais, v. 2, ed. 16º, SP. Ática, 1996.
- Piletti, Nelson. Piletti, Claudino. História e Vida integrada. 6º série. SP. Ática, 2001.
- Mota, Carlos Guilherme e Adriana Lopes. História e Civilização: O Brasil Imperial e Republicano. 5ª. Ed. SP. Ática, 1997.
- Panazzo, Silvia. Navegando pela História. Silvia Panazzo, Maria Luiza Vaz. SP: 1º Ed. 2002. Quinteto Editorial.
- Reis, Anderson Roberti dos. Para viver juntos; história, 8º ano; ensino fundamental. - 1 ed. ver. São Paulo: edições SM, 2009.
- Boulos Júnior, Alfredo. História: Sociedade e cidadania, 8 ano. – São Paulo; FTD, 2009.
- Vicentino, Cláudio. Projeto Radix. História. 8º ano. – São Paulo: Scipione, 2009.
- Apolinário, Maria Raquel. Projeto Araribá; história. 3 ed. – São Paulo. Moderna, 2010.

No primeiro capítulo buscou-se perceber as representações sociais utilizadas pelos autores diante do trabalho escravo e como as narrativas dos livros didáticos apresentam o negro. Definido como “O negro nas narrativas do livro didático de 1994 a 2001”, nele realizamos uma discussão acerca do negro, tem por objetivo compreender como o negro é representado nas narrativas do livro didático de história antes da promulgação da Lei 10.639, a partir da categoria trabalho.

No segundo capítulo, “O negro, o trabalho e o tráfico”, analisamos o negro a partir da

categoria trabalho e da representação social do negro em algumas narrativas do livro didático. Dando continuidade uso da categoria trabalho, com o objetivo de analisar a representação do negro nas narrativas a partir do tripé negro, trabalho e o tráfico.

No terceiro capítulo, intitulado “A luta e a abolição nas narrativas de 1996 a 2010”, neste capítulo realizamos uma análise das narrativas relacionadas as formas de lutas do negro até o processo que culmina na abolição da escravatura no Brasil, utilizamos a categorias a luta e abolição. Escolhemos essas categorias por dois motivos em algumas narrativas é evidente a presença das formas de resistências e lutas do negro e em outra a ausência das mesmas. No que tange a categoria abolição inclui as rebeliões, as fugas, a formação de quilombos, as revoltas e os ideias de liberdade dos negros escravizados.

1 – O NEGRO NAS NARRATIVAS DO LIVRO DIDÁTICO DE 1994 A 2001.

Nesse capítulo, como já foi sinalizado, iremos realizar uma discussão acerca do negro nas narrativas dos livros didáticos de história do ensino fundamental II. Com o objetivo de compreender os autores estabelecem suas narrativas acerca do negro no livro didático de história antes da promulgação da Lei 10.639, para que possamos compreender melhor a atual situação do negro ao longo da história do Brasil e sua abordagem no livro didático. Assim torna-se necessária também uma análise sobre a lei que obriga o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas.

Os livros escolhidos para esta primeira análise são os que foram utilizados nas escolas públicas na rede municipal de Itapiúna, anterior a Lei 10.639/03. De uma maneira ainda mais minuciosa de nossa investigação, dividimos a análise a partir da metodologia das categorias defendida por BARDIN. Para realizarmos a análise das narrativas do negro no livro didático da História do Brasil a metodologia das categorias adotado por BARDIN (1997), citado por Branco (2005) em que diz “a análise de conteúdo, nos termos em que compreende Laurence Bardin (1997), foi procedimento adotado para o tratamento dos dados. Dentre as diversas possibilidades definidas”. (BRANCO, 2005, p.57). A categoria utilizada para este primeiro momento é o *trabalho* escravo negro, buscou-se perceber como as narrativas utilizadas pelos autores diante do trabalho escravo e como as narrativas dos livros didáticos apresentam caráter inferiorizando ou não o negro como sujeito histórico de seu tempo.

As obras selecionadas para a pesquisa são três obras que circularam nas escolas públicas na cidade de Itapiúna, entre os anos de 1994 a 2001, período que antecede a promulgação Lei 10.639/03, buscando perceber nas narrativas dos autores a participação do negro na formação da história do Brasil. As obras selecionadas para a pesquisa deste capítulo segue abaixo.

- Boulos Júnior, Alfredo. História do Brasil, v 1º Colônia. – São Paulo: FTD, 1994.
- Pilleti, Nelson. História e vida integrada. – São Paulo: Ática, 2001.
- Cotrim, Gilberto. História e consciência do Brasil, 1: a independência: 1º grau – 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

As obras selecionadas para a investigação da categoria trabalho é de Alfredo Boulos Júnior da editora FTD do ano de 1994. O livro está dividido em dois volumes e 12 (doze) capítulos, sendo composto por 134 páginas. O livro didático traz uma discussão da história do

Brasil desde a pré-história brasileira à Independência do Brasil.

O segundo livro didático é o de Gilberto Cotrim de 1996, editora Ática. Dividido em dois volumes, o volume 1 traz uma divisão em 12 (doze) capítulos desde a introdução a História do Brasil à Emancipação Política.

O livro didático História e vida Integrada de Nelson Piletti e Claudino Piletti, 6º série, ano 2001, dividida em 17 (dezesete) capítulos, a obra contempla desde a origem do Feudalismo à arte e literatura na colônia brasileira.

Nos últimos anos, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX e início do XXI, presenciamos e vivenciamos toda uma efervescência social que suscitará reflexões, discussões e ações sobre o sistema educacional brasileiro. Neste momento, temos a necessidade de repensar a educação no Brasil. Logo, para os historiadores, apresentou-se emergência no repensar os caminhos da “História” ensinada e o livro didático de História e a cultura afro-brasileira. Com a Lei 10.639/003 que tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas faz-se necessário uma reflexão acerca do ensino no Brasil.

Desse rico processo resulta a Lei nº 10.639, (...) tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. Com esta determinação, a educação no Brasil só tem a ganhar, posto que incorpora ao seu cotidiano princípios de promoção da igualdade racial. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PNIDCN, BRASILIA: MEC, SECADI, 2013)⁴

O processo de articulação da Lei.639/003 é acompanhada por intensa articulação do Movimentação Social Negro, articulando-se a outros movimentos de organizações sociais (operários, das mulheres, professores, etc.). No aspecto educacional, os olhares voltam-se para a tentativa de construir algo novo, rejeitando o que representava ou lembrava o quadro de racismo, preconceito, etnocentrismo e discriminação.

A trajetória do Movimento Negro corresponde à dinâmica e ao desenvolvimento do país. Portanto, para a compreensão sobre o processo organizativo do Movimento Negro é necessária a conexão com a história e a memória, e, também, com a elaboração teórico-política sobre os movimentos sociais (em especial o negro) e as redes de movimentos sociais, desde o período da escravidão até a contemporaneidade. (RIBEIRO, 2014, p.1)

⁴ Trecho retirado do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Ministério da Educação, MEC, SECADI, 2013.

A própria trajetória do Movimento Negro está ligada diretamente com a luta contra a discriminação racial, o racismo, a desigualdade social e estereótipos presentes em nossa social. Assim, torna-se de extrema importância a análise do livro didático que é carregado de sentidos e representações.

Utilizando o conceito de representações sociais, Teixeira cita Moscovici (2004) afirmando que as representações uma vez criadas, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. “As representações vem se desenvolvendo no sentido de uma familiarização com o seu conceito, análise, crítica e produção científica.” (SILVA, 2011, p. 25)

As representações sociais podem ser cristalizadas por discursos ou por conceito transmitidos ao longo de um tempo. Podendo ser identificados em gestos, fala, cotidiano e identidade. As representações ‘é importante, uma vez que o grande volume de teorias e fenômenos transmitidos na sociedade não poderia ser corroborado na experiência individual’.

A representação de uma realidade ou objeto não corresponde á sua percepção real, uma vez que esta tem o papel ativo de modelar o que aprende do exterior e reproduzir essa realidade ou objeto, reconstruindo-o. (SILVA, 2011, p.28)

As representações sociais do negro ao longo da história foi estigmatizada através de ações coletivas e individuais. Presenciamos isso na forma mais concreta de inclusão nas áreas de acesso à educação, saúde, saneamento básico ou lazer. A representação social do negro,

No processo de reconstituição e modelagem da sua percepção externa contidos os estereótipos, os preconceitos, os julgamentos, ou juízos, que são elementos ou objetos internalizados na consciência dos indivíduos (...) e que passa a integrar o seu universo interior. (SILVA, 2011, p.29).

Em nossa pesquisa o conceito de representações estará sendo seguindo de acordo com essa percepção. A pesquisa de Silva e Martins (2011), no texto “As imagens do Negro no Livro didático de História”, analisam em sua pesquisa seis livros didáticos aborda a questão do povo negro enquanto indivíduos na história do Brasil. Contribuindo para nossa pesquisa, afirmam que o livro didático é um instrumento em que a humanidade e a cidadania são representadas apenas pelo homem branco e de classe alta. Considerando que o livro didático é um material amplamente utilizado pelos professores de História, sobretudo na rede pública estadual, este material constitui, não obstante, uma das únicas fontes de leitura para alunos e

professores. Estereotipando o negro, muitas vezes, o livro didático contribui pra difundir uma representação negativa desse povo em contraposição à imagem do branco, percebemos isso a ideologia do branqueamento que marcou a história da elite brasileira.

Seguindo a linha de pesquisa sobre as representações o trabalho de Fernando Santos de Jesus (2012) “‘O negro’ no livro didático de história do ensino médio e a lei 10.639/03”, o autor investiga a representação do negro no livro didático de História do Brasil. O Autor aponta a partir de sua pesquisa a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, pois a invisibilidade da população negra constitui para uma possível desmobilização desse contingente populacional por não se vê-los como ativos nos processos políticos do país que cultiva o mito da democracia racial, e continua vinculando imagens pejorativas ao cotidiano de afrodescendentes sem contextualizar os motivos das condições materiais e simbólicas “inferiores” as dos brancos.

Dessa maneira, algumas discussões elencadas por esses autores citados anteriormente são importantes para nossa pesquisa. Portanto, são essas reflexões teóricas que subsidiam o decorrer do nosso trabalho, que abrindo os caminhos dessa pesquisa uma vez que este processo considerado como cansativo, também é prazeroso. Dessa forma outros trabalhos podem contribuir para nossa pesquisa. A inserção da temática cultura Afro-brasileira, a diversidade da cultura no Brasil e a Lei 10.639/003 é garantida pela Leis e Diretrizes e Bases da Educação, LDB.

1.1. AS NARRATIVAS DOS LIVROS DE BOULOS, PILETTI E COTRIM.

As primeiras narrativas analisadas nos livros didáticos observamos na da obra “História do Brasil” de Boulos Júnior. Nessa obra o negro surge nas narrativas no capítulo 6, quando trata da economia e a mão-de-obra. Abordando sobre os motivos da utilização do trabalho escravo negro no Brasil as narrativas vão de encontro com o silêncio em relação ao preconceito e o racismo enfrentado pelo negro diante das ideologias de inferioridade pela cor de pele. Segundo Boulos Júnior (1994),

com o início da colonização, os donos dos primeiros engenhos produtores de açúcar tentaram resolver o problema da mão-de-obra prendendo, escravizando e forçando os índios a trabalharem para eles. Porém, ao escravizar o índio, os donos de engenho contrariavam: Os povos indígenas, que, sempre que podiam, atacavam os engenhos para libertar sua gente; Os jesuítas, que não aceitavam a escravidão do índio e conseguiram

até mesmo que essa atividade fosse proibida por lei; Os comerciantes e o rei de Portugal, que preferiam a escravidão do africano, porque era um negócio mais lucrativo, tanto para quem comerciava o escravo, quanto para o governo português, que colocava impostos sobre esse comércio.

Diante de todos esses interesses contrários á escravidão do índio, os donos de engenho passaram a comprar negros trazidos da África pelos comerciantes de escravos. (BOULOS, 1994, 54).

As narrativas realizadas por Cotrim em sua obra “História e consciência do Brasil”, traz informações obre o negro apenas no capítulo 6 “A economia colonial”, no tópico titulado como “Escravidão”, realizando o seguinte argumento para o trabalho escravo negro.

A monocultura exportada exigia numerosa mão-de-obra trabalhando nos latifúndios. A solução mais lucrativa para os sistema colonial foi a implantação de escravos da África.

Importar negros da África como escravos era lucrativo para quem? Em primeiro lugar, para os traficantes de escravos e o governo português, que recebia impostos desse comércio. Depois, para os colonos brancos que exploravam a mão-de-obra do negro. (COTRIM, 1996, p.63).

Nas narrativas realizadas por Piletti sobre a alternativa do uso do trabalho escravo no Brasil, o mesmo aborda

para o cultivo da cana e a produção do açúcar era também necessário conseguir trabalhadores em grande quantidade. Os portugueses adotaram então o trabalho escravo africano.

A escravidão já era utilizada na Europa. Os traficantes enriqueciam com o comércio de escravos. O emprego dessa mão-de-obra, ainda, ampliava os lucros dos colonizadores, pois diminuía o custo com os trabalhadores. Além disso, a utilização de mão-de-obra escrava dificultava o acesso de pequenos proprietários á terra. (PILETTI, 2001, p.115)

A explicação utilizada para a escravidão nas narrativas dos três autores fazem relação a necessidade dos donos de engenhos e da metrópole com o comércio lucrativo. Sem tocar nas ideologias racistas europeias do período, na qual o continente africano e o negro eram vistos como inferiores, em que a própria igreja justificava a escravidão do negro africano. Na justificativa realizada por Boulos a substituição da mão-de-obra a indígena pela escrava negra era necessária, já que a escravidão indígena enfrentava obstáculos, deixando a entender que a escravidão negra não tinha objeção alguma. Posterior a primeira narrativa utilizada por Cotrim, o autor aborda sobre a utilização do trabalho escravo negro no início da colonização.

O plantio da cana e a produção do açúcar exigiam o trabalho de muita gente. (...)A escravidão do índio não era tão conveniente ao sistema

colonial mercantilista. Motivo: o índio vivia nas florestas do Brasil, e quem desejasse escravizá-lo precisava, apenas, capturá-lo. E o governo português não ganhava nada com essa captura e escravidão do índio. Tratava-se de um negócio da colônia.

A solução mais lucrativa para o problema da mão-de-obra no Brasil foi a **escravidão do negro africano**. E os principais interessados na implantação da escravidão negra no Brasil eram os “donos” do **tráfico negreiro** (comércio de escravos negros)”. (COTRIM, 1996, p.66)

É importante nesse momento destacarmos as três narrativas que apresentam os motivos utilizados pelos autores para a escravidão. Enquanto Boulos apresenta os obstáculos apresentados pela escravidão indígena desde as revoltas nativas, a oposição da igreja católica e o sistema não lucrativo, Cotrim apenas ressalva o comércio lucrativo, já que para o autor a captura dos povos indígenas seria apenas capturá-lo nas florestas, não abordando nenhuma reação do povo indígena a não aceitar sua escravidão. Piletti apenas destaca os lucros e os benefícios da escravidão para a metrópole e para os traficantes os escravos, principalmente quando usa o trecho “a escravidão já era utilizada na Europa”, como se essa justificativa fosse suficiente para compreendermos o processo de escravidão no Brasil. Sobre a escravidão dos povos africanos como a única saída da colônia adquirir mão-de-obra já que o trabalho na produção do açúcar precisava de muita gente, era necessário escravizar, e o maior lucro do sistema de escravidão se concentrava nas mãos dos donos dos tráficos e não da coroa portuguesa. Em algumas das narrativas percebemos que a mão-de-obra negra escravizada no Brasil veio da África como um todo. Os autores estudados não indicam de que parte do continente africano os negros eram oriundos. Deixando uma lacuna para imaginarmos uma África única e homogênea e não diversa. Só posteriormente após alguns capítulos passam a abordar sobre o assunto.

Em nenhum momento encontramos nas narrativas dos autores sobre a escravidão negra no Brasil se existia mão-de-obra em Portugal suficiente para o trabalho na colônia, não deixa claro sobre as ideologias racistas existente na Europa em que tratavam da “inferioridade” do povo africano. Nesses pontos os autores trazem poucas informações sobre os diversos motivos que levaram a escravidão negra no Brasil. Para Branco (2005),

os portugueses jamais afirmaram, em qualquer documento, que em Portugal não haviam camponeses dispostos a emigrar para o Brasil. Havia, sim, em Portugal, uma grande massa de camponeses que sonhava sair do reino para construir vida nova em terras distante. A bem dizer, necessitavam desesperadamente emigrar. (FREITAS, apud, BRANCO, 2005, p. 75)

No início até tivemos certa migração de camponeses portugueses para a colônia do Brasil, mas não se teve investimentos por parte da coroa portuguesa, para as iniciativas privadas. A imigração de “aventureiros e trabalhadores” para o Brasil no período colonial é

uma busca de novas experiências, acomoda-se no provisório e prefere descobrir a consolidar; outra, estima a segurança e o esforço, aceitando as compensações a longo prazo (...) o português manifestou uma adaptabilidade excepcional, mesmo funcionado ‘com desleixo e certo abandono’ (...) A lavoura de cana seria, nesse sentido, uma forma de ocupação tipicamente agrícola.” (HOLANDA, 1998, p. 14/15).

Os autores, Cotrim, Piletti e Boulos não fazem nenhum tipo de alusão as vontades dos portugueses de melhorar suas condições de vida na colônia. As duas obras analisadas referem-se a causa da mudança da mão-de-obra indígena pela negra sem grandes questionamentos, fortalecem apenas o aspecto lucrativo do comércio escravagista.

Sobre a tamanha importância da mão-de-obra negra, Cotrim fala que “o trabalho do escravo negro tornou-se tão importante para a produção do açúcar que o jesuíta Antonil, em 1711, chamou o negro de ‘as mãos e os pés do senhor de engenho’.” (COTRIM, 1996, p.67). Essa afirmação pode ser vista como um ponto forte para a sustentação da superioridade do senhor sobre o escravo negro. Piletti em uma de suas narrativas dedica um espaço para interpretação de fontes históricas, trecho do texto “O trabalho no engenho”. Dos nove parágrafos do texto, sete linhas retratam sobre a base do trabalho no engenho, o negro escravizado. Em que o mesmo diz “Vejo de longe negros e negras curvadas para a terra, e **excitados** a trabalhar por um feitor armado dum chicote que e pune o menor repouso. Negros vigorosos, cortam as canas que raparigas enfeixam” (PILETTI, 2001, p. 118. GRIFOS DO AUTOR). A narrativa do autor reforça um prazer do trabalho realizado pelo negro. O prazer pela excitação na realização do trabalho é marcado pela punição do feitor. Mas punir por quê? O autor não deixa claro e nem analisa a fonte histórica.

Duas questões básicas são apresentadas nas narrativas sobre o negro para justificar a introdução da mão-de-obra negra no Brasil: os grandes lucros e interesses do tráfico negreiro e a oposição a escravidão indígena. Dessa forma, as obras analisadas omitem a resistência indígena à escravidão, não fortalecem quais os lucros obtidos pela coroa e pelos traficantes dos escravos negros para o Brasil. Sabemos que os lucros e as condições do tráfico negreiro não eram nada pacíficos ou sem conflitos.

Os primeiros contatos entre brancos e índios nos primeiros séculos são intensos já que os indígenas do novo mundo não compreendiam a lógica da exploração branca. A escravidão negra no Brasil durou entre os séculos XVI a XIX, a vinda dos negros africanos foi justificada de diversas formas. Entre essas formas podemos citar a partir do trecho abaixo.

Na idéia dos europeus, o tráfico era justificado como instrumento da missão evangelizadora dos infiéis africanos. O padre Antônio Vieira considerava o tráfico um “grande milagre” de Nossa Senhora do Rosário, pois retirados da África pagã, os negros teriam chances de salvação da alma no Brasil católico. (PAUL, 2001, p. 4)

A vinda do negro para o Brasil dava início há uma nova história de sobrevivência e de luta no novo mundo. Foram os africanos e índios escravizados que criaram formas de resistências e sobrevivência, abriram estradas, construíram e destruíram cidades, vilas e portos. A exploração dessas terras e a busca pelo lucro, dando ênfase as formas de mercantilistas fez com que os contatos entre as três “raças” se afluísse.

Levados pela busca do ouro, pela criação de gado e pela exploração das “drogas do sertão”, os colonizadores reproduziram nos novos núcleos de povoamento o mesmo modelo escravista praticado nas regiões litorâneas. Foi na condição de escravos que africanos e seus descendentes chegaram aos locais mais remotos da colônia”. (PAUL, 2001, p. 43)

O povo africano que chegaram ao Brasil não pode ser visto como homogêneos, e que tiveram um fim na escravidão. Pelo contrário, a característica marcante desses povos é a diversidade, a pluralidade e as maneiras distintas de viver. A luta logo na travessia do atlântico nos mostra a fortaleza que era chegar ao novo mundo. As piores condições de viagem, em navios “tumbeiros” fazia com que muitos negros não sobrevivessem a travessia do atlântico. No trecho abaixo revela isso:

Pode-se imputar as mortes a bordo a fatores como escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças para eles desconhecidas e para as quais ainda não haviam criado defesas suficientes. (PAUL, 2001, p. 50)

Traçar uma reflexão sobre a cultura afro-brasileira é mergulhar nas raízes da cultura africana e na vinda dos “negros escravizados” que foram trazidos para o Brasil entre os séculos XVI a XIX, para podermos compreender a presença do negro na sociedade brasileira.

O texto “Á África e os Africanos no tráfico Atlântico” de Paul Gilroy (2001)⁵ faz uma análise sobre a imensidão de formas com que boa parte dos africanos chegaram e ocuparam o Brasil. Sabemos que uma grande parcela de negros que foram trazidos para o novo mundo somam aproximadamente 11 milhões de homens, mulheres e crianças. A América foi ocupada por seres vistos como “inferiores” por brancos europeus. O Brasil uniu em suas terras os brancos, índios e negros que habitaram nossas terras. Os contatos aqui existentes perduraram durante séculos, formado uma união nas formas de pensar, acreditar, lutar e viver.

A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais européias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo.

A colônia portuguesa (o Brasil) dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra. A migração transatlântica forçada foi a principal fonte de renovação da população cativa no Brasil, especialmente nas áreas ligadas à agricultura de exportação, como cana-de-açúcar. Submetida a péssimas condições de vida e maus-tratos, a população escrava não se reproduzia na mesma proporção da população livre. (ALBUQUERQUE. FILHO, 2006, p. 39)

⁵ GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**, São Paulo: Ed 34: Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

2. O NEGRO, O TRABALHO E O TRÁFICO.

Definimos no capítulo anterior a partir da categoria *trabalho* e a representação do negro em algumas narrativas do livro didático. Nesse continuaremos fazendo uso da categoria *trabalho*, com o objetivo de analisar a representação do negro nas narrativas a partir do tripé *negro, trabalho e o tráfico*.

Assim Cotrim, dedicando duas páginas ao tópico “O negro no Brasil colônia”, o autor faz uma abordagem do tráfico negreiro, captura dos escravos na África a formação de quilombos. Dessa forma aborda nesse momento que Portugal foi o primeiro país europeu a utilizar a escravidão negra. A grande quantidade de negros escravizados de acordo com o autor “milhões de negros foram brutalmente arrancados da África. Calcula-se que, somente para a América, vieram mais ou menos 20 milhões de escravos. Um quinto desse total veio para o Brasil. Ou seja: 4 milhões de escravos em três séculos de escravidão (de 1549 a 1859)”. (COTRIM, 1996, p. 77). Cotrim relata como os negros eram obtidos na África e transportados para a América e a quantidade de negros capturados.

Depois de aprisionado na África, os negros eram acorrentados e marcados com ferro em brasa. Aí, eram transportados para o Brasil nos chamados navios negreiros.

Os principais lugares de embarque na África eram Angola, Guiné e Moçambique. (...)

O navio negreiro saía da África com uns 600 escravos. Dentro de navios, os traficantes formavam um grupo de uns doze homens brancos. Havia medo dos negros se revoltarem. Por isso, os escravos ficavam trancados no porão do navio.

O espaço era pequeno e sem ventilação. O calor, insuportável. Além disso, a água era suja e faltavam alimentos para todos os escravos.

Devido aos maus tratos recebidos e às terríveis condições do transporte, aproximadamente 40% dos negros morriam durante a viagem. (COTRIM, 1996, p.78).

O trecho retirado da obra de Cotrim relata sobre a captura do negro em algumas regiões da África e as condições da viagem do negro nos navios negreiros. Mas surgem alguns questionamentos: como acontecia a captura na África? Como reagia o negro? Como aconteciam as disputas pela captura na África? Assim, o autor deixa um espaço para imaginarmos uma condição natural do negro, vindo para o Brasil já como escravo antes da sua captura na África. O autor não trata de onde eram os traficantes de escravos, ou quem eram? não mencionam o comercio triangular existente na época entre Portugal, Brasil e continente africano. Relatando apenas o comercio existente. Não aprofundam uma análise

sobre os ideais mercantilistas que sustentava a base da escravidão e os lucros oriundos dela.

Em Piletti o tráfico negreiro aparece logo no início do capítulo 15. O autor aborda

Milhões de escravos foram tirados de suas terras par a viagem na qual aproximadamente a metade morria de fome, doenças e maus-tratos, ou já em terras americanas, de banzo, uma espécie de terra natal. Os que chegavam eram vendidos como mercadoria e submetidos a um duro regime de trabalho, á separação dos familiares, á destruição dos seus costumes, etc. (PILETTI, 2001, p.129)

Não eram apenas corpos que foram traficados para o Brasil, a chegada em terras americanas tiveram várias consequências. O fortalecimento da cultura africana no novo mundo, traz em si a multiplicação durante os quatros séculos posteriores a sobrevivência de uma intensa heterogeneidade das multifacetadas da África, não sendo abordada pelo autor. Mesmo com a abolição do tráfico e posteriormente da escravidão em 1888, não viabilizou a construção de um mundo social digno para o negro no Brasil. Em nenhuma das narrativas dos autores encontramos elementos sobre os valores pagos por escravos ou as condições enfrentadas pelos mesmos nos navios, ou como eram as suas vidas na África antes de serem capturas e escravizados na América.

Entre os séculos XVI e XIX, cerca 10 milhões de escravos africanos foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e 4 milhões de cativos (...) por volta de 1807, o trabalho escravo no Brasil tinha se tornado um deus econômico, com o comércio escravo como seu poderoso braço direito”. (GOMES L. 2007, p. 215)

A tamanha importância do tráfico negreiro para a formação da sociedade brasileira colonial e a pouca importância dada nas narrativas investigadas. Piletti ainda acrescenta que a escravidão já existia na África, portanto poderia ser transferida para a América, e em que muitos momentos os próprios africanos vendiam membros de seus grupos, “as vezes seus próprios chefes da tribos vendiam membros de seu grupo em troca de tecidos, armas, jóias, tabaco, algodão.” (PILETTI, 2001, p. 130). Essa postura substitui as ideias de preconceito racial dos europeus no período, pois o autor não realiza maiores análise sobre as guerras tribais existente no continente africano.

Em “A vida e a luta dos negros no Brasil colonial”, Boulos abre um espaço no capítulo 7 para discutir sobre o tráfico negreiro e a formação dos quilombos na colônia. Dedicando um capítulo sobre o assunto, Boulos apresenta o tema de uma maneira mais

consistente em relação a Cotrim. As narrativas desse capítulo são dedicadas em seis páginas, com um suporte de compreensão dividido entre textos, imagens e documentos.

O autor inicia esse capítulo fortalecendo os motivos da escravidão negra, como sendo um negócio lucrativo para Portugal. Assim, dando continuidade à discussão, Boulos narra como e quando começou o negócio da captura dos negros no continente africano pelos portugueses. Destacando em um pequeno trecho, o que Cotrim não faz, afirmando que durante algum tempo os próprios portugueses faziam as capturas, depois essa tarefa passou a ser feita por “azenegues”, pessoas que se dedicavam a captura de negros no continente africano para vendê-los. Sobre a captura o autor relata que:

Os negros capturados seguiam a pé, amarrados uns aos outros, até as feitorias que os comerciantes portugueses erguiam no litoral africano. Ali os prisioneiros eram trocados por produtos europeus: armas de fogo, munições, ferragens, tecidos, trigo e sal. Com o tempo, esses traficantes passaram a incentivar os africanos a guerrear entre si. Depois, compravam os prisioneiros de guerra, conseguindo assim muito escravos de um só vez. Foram assim que, entre os séculos XV e XIX, milhões de africanos foram arrancados de sua terra. Uma grande parte deles foi trazida para o Brasil, os países que mais recebeu escravos em toda a América”. (BOULOS, 1994, p.62).

As diferenças entre as narrativas históricas de Cotrim e Boulos sobre o mesmo assunto é diferente. As mudanças nas formas de narrar o tráfico negreiro é clara, mas a ausência da reação do negro ao tráfico é notória. Nenhum dos autores aborda as lutas dos negros capturados.

Boulos retrata qual a origem dos negros trazidos para o Brasil para serem escravizados. Assim, como Cotrim, Boulos utiliza o mapa da rota do tráfico. Piletti trata da origem dos escravos em três curtos parágrafos e num mapa. Diferente de Cotrim e Boulos, Piletti faz um breve comentário sobre a presença de escravos na América, afirmando que “acabaram influenciando muitos aspectos da vida colonial”, esses aspectos não são discutidos ou mencionados posteriormente.

Em Piletti revela o cotidiano do trabalho escravo, como se a vida diária do negro estivesse voltada apenas para o trabalho. Em Pilet, “os escravos começavam o trabalho ao raiar do dia e só paravam ao escurecer. Quase não tinham descanso; em muitos engenhos, aos domingos, cultivavam pequenos roçados para seu próprio sustento. Seu principal alimento era a mandioca”. (PILETTI, 2001, p.131). Abordando posteriormente os instrumentos de tortura para os escravos fujões e desobedientes. Reforçando que os castigos físicos faziam parte do

cotidiano do escravo.

Pela primeira vez nas narrativas, encontramos uma referência sobre a presença da igreja em conjunto com o tráfico de negro. Em “Batismo” tópico nomeado por Boulos, tendo a seguinte descrição “antes, porém, de serem embarcados, eram, muitas vezes, batizados com nomes europeus. Aqueles que eram destinados ao Brasil, por exemplo, passavam a ter nomes portugueses.” (BOULOS, 1994, p. 64).

Em Cotrim encontramos um trecho “Até mesmo a maioria dos padres dizia: negro não é gente; negro não tem alma”, (COTRIM, 1996, p. 79), mesmo com as duas falas, o silêncio da presença da igreja no processo de escravidão é evidente, aparecendo como nas narrativas das obras investigadas. Boulos sem maiores explicações fala sobre o batismo. Quem batizava? Onde batizava? Por que representante da igreja estava fazendo no momento da captura? Sobre a afirmação de Cotrim, por que os padres pensavam dessa forma? Qual a justificativa para o negro não ter alma? As lacunas deixadas pelos dois autores faz com que pensemos os silêncios presentes nas narrativas dos livros investigados. Os autores não abordam que os negros antes mesmo de embarcarem para a América, deviam ser batizados coletivamente, transformando-se em cristãos.

Assim a escravidão era vista como um estado de milagrosa felicidade, por meio da qual o africano podia salvar do inferno. Ser escravo, em última análise, era ser cristo e, portanto, os cativos deveriam se conformar com humildade á sua condição. (KOK, 1997, apud, BRANCO, 2005, p. 113).

Ainda sobre a viagem nos navios negreiros, Boulos utiliza a mesma imagem do navio negreiro de Cotrim e Piletti. Em contraponto a Cotrim, Boulos fala sobre as marcas de ferro recebidas pelo negro africano. Descrevendo o navio como um espaço superlotado e com poucas condições de vida, o autor não ressalta outros problemas enfrentados pelos traficados. “Os escravos a bordo dos navios negreiros eram considerados uma carga como outra qualquer. (...) ‘Acorrentados aos pares, perna direita com perna esquerda e mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menos espaço do que um homem dentro de um caixão’”. (GOMES L. 2007, p.217). Os conflitos e reações em torno do tráfico e da viagem não aparecem nas narrativas dos autores. Exemplos desses conflitos são encontrados em Gomes (2007) em que o mesmo narra sobre as possíveis mortes de negros em navios negreiros, sobre as possíveis mortes de escravos no percurso da viagem o capitão deviria indenizar a empresa de seguros caso o escravo morresse a bordo, outro fato interessante é os riscos de piratas em

alto mar e ou naufrágios, eram problema enfrentados no tráfico negreiro. (GOMES, 2007, p. 217).

Sobre a chegada dos africanos no Brasil, as três obras investigadas tratam que os negros eram levados após o desembarque para os mercados. Não dedicando nenhum tipo de questionamento sobre esse ponto. Como se tudo agora acontecesse em uma sequência lógica: o negro desembarcava, eram comprados e levados para as fazendas. Como os negros reagiam ao chegarem? Quanto valiam? Como eram examinados? Essas questões deixam de ser abordadas.

O outro ponto que os autores destacam sobre o negro nas narrativas de seus livros didáticos é em relação a sociedade colonial açucareira. Boulos apresentam a composição da sociedade a partir de uma pirâmide social, destacando os grupos sociais e suas funções. Sobre os escravos destaca: “não eram donos de nada (nem de si mesmos). Eles eram mercadorias compradas, vendidas e trocadas como outra mercadoria qualquer.” (BOULOS, 1994, p.58). Os estereótipos do negro como mercadoria é um forte traço da representação social do mesmo nessa abordagem. Sobre a estratificação social Cotrim apresenta as seguintes linhas sobre o negro “O escravo, por exemplo, não poderia passar á condição de senhor. Nem o senhor podia descer sua posição.” (COTRIM, 1996, p.68). A posição social intacta de cada um fortalece a superioridade do homem branco, deixando claro que o negro jamais poderia almejar outra posição social, ao não ser a de escravo. Ainda tratando da condição do escravo negro no Brasil, as narrativas de Cotrim trazem um texto “Leitura e reflexão” com o título “Pau, pão e pano”, os três “Pês”. O texto “Pau, pão e pano” não traz grande reflexão sobre a condição do escravo, mesmo estando dentro de uma parte da obra definida como “Leitura e Reflexão”. O texto apenas descreve como manter o escravo na perfeita ordem, a partir dos castigos, pau, do alimento, pão, e da vestimenta, pano. A conformidade com que os autores apresentam a condição do negro não rompe com nenhuma perspectiva de melhoria de vida do mesmo, ou até mesmo possíveis fugas. As narrativas sobre o negro nesse ponto cristalizam a submissão como um sujeito que não seja capaz de construir sua própria história, sem um cotidiano marcado por “diversas lutas, resistências á escravidão que lhe foi imposta pelo homem branco, desde praticas individuais, tais como suicídio, aborto, banzo, fugas, assassinatos.” (ORIÁ, 1995, 158). A não discussão dessa vida que parece estamental oficializa uma história do negro e da África “a partir do momento em que os europeus escravizaram os negros, e a história do negro no Brasil se limita a sua condição de trabalhador escravizado nos engenhos

de açúcar, nas fazendas de criação de gado, na extração do minérios, nas lavouras de café.” (OLIVEIRA, 2014, p.11). Nessa abordagem do livro o negro é representado como sujeito escravizado. Piletti nas “Relações sociais na colônia: os engenhos de açúcar”, apresenta de forma semelhante a hierarquia social nas relações da formação da sociedade colonial, no entanto apresenta a senzala em suas narrativas, o que não faz nem Cotrim e Boulos. A senzala em Piletti é apresentada de maneira rápida e sem grandes relevâncias para o negro como sujeito de sua própria vida. Assim,

na maioria das senzalas havia pouca privacidade; geralmente os escravos viviam juntos. Em algumas senzalas havia lugares reservados para os casais. Ao contrário da casa-grande, cujos alimentos eram variados e de melhor qualidade, a alimentação dos escravos era insuficiente e pouco variada. (PILETTI, 2001, p. 141)

Entretanto sabemos que as senzalas foram espaços de construção e reconstrução da vida do negro no Brasil, e uma reafirmação da mudança e permanência da cultura africana nas Américas. Criar estereótipos sobre o negro é idealizar uma visão de mundo de uma identidade longe do real. Contribuindo para uma discriminação social e uma representação social de dominação e sem luta do povo negro.

Sobre os trabalhos enfrentados pelo negro africano os três autores destacam os instrumentos de castigos caso os escravos cometessem falta ou desobediência, assim eram violentamente castigados.

Em Cotrim encontramos:

Se o negro parasse de trabalhar um instante ou desobedecesse a qualquer ordem era violentamente castigado. Havia vários tipos de castigos e torturas: chicotadas, prisão em calabouço, pena de morte. Os castigos impiedosos, o excesso de trabalho e a falta de alimentação acabavam destruindo, rapidamente, a saúde do escravo. A maioria dos negros morria durante os cinco primeiros anos de trabalho. Para o proprietário, a morte do escravo significava a perda de mercadoria valiosa. Geralmente, o senhor branco não tinha nenhum sentimento pelo escravo. Até mesmo a maioria dos padres dizia: negro não é gente; negro não tem alma. (COTRIM, 1996, p. 79)

O trabalho realizado pelo negro escravizado é justificado e forçado pela violência e pela igreja. A violência força o negro a permanecer obediente ao senhor branco. A igreja passa a justificar e moldar a permanência do negro na condição social de escravo. A falta de sentimento do branco sobre o negro é um forte ponto para ser discutido pelo autor, no caso não acontece. Mesmo com alguma postura de omissão sobre uma discussão maior sobre a

história do trabalho do negro na colônia, o autor destaca em um quadro a seguinte afirmação sobre a história tradicional.

A história tradicional passava a idéia de que a escravidão do negro foi suave. Diziam que o negro era submisso e não reagia. Isso é totalmente falso, mentiroso.

A escravidão negra é uma história cheia de violência do senhor de escravos. Cheia também de revoltas e lutas do negro, que procurava a libertação”. (COTRIM, 1996, p.79)

No trecho acima, o autor retrata que a história da escravidão negra é cheia de violência e luta do negro, mas o mesmo não apresenta de forma satisfatória essa luta, as resistências e reações do povo negro. O autor apenas na página seguinte traz um texto sobre “O Quilombo dos Palmares”. Nesse caso os dois autores dedicam um espaço para apresentarem o Quilombo. Porém, apenas Boulos apresenta os castigos e as diversas lutas do negro. Sobre a tamanha importância das reações e resistência do povo negro “em relação aos maus tratos recebidos por trabalhos julgados mal feitos, pelas desobediências ou mesmo por capricho de seus senhores culminou na formação dos Quilombos. A ausência de análise sobre os Quilombos marginaliza o negro e sua cultura. Nos quilombos encontramos um dos primeiros movimentos negros lutando contra uma lógica hegemônica nas Américas. “Nas Américas, as comunidades de escravos fugitivos – algumas provisórias e outras tantas transformadas em microsociedades com organizações socioculturais e econômicas singulares e duradouras – receberam várias denominações”. (GOMES, 2011, p. 09).

Os autores não ressaltam em nenhum momento os diversos tipos de Quilombos espalhados pela América como forma de reação. Um das primeiras notícias da formação de Quilombos na América data-se de 1597. Quando “um jesuíta, em 1597, já comparava tais comunidades africanas com aquelas que percebia surgindo no Brasil, temendo os mocambos que começavam a se estabelecer em Pernambuco e que poderiam fazer igual aos ‘seus parentes na ilha de São Tomé’.” (GOMES, 2011, p. 09). Ainda sobre os Quilombos no Brasil:

A primeira notícia surgiu na capitania da Bahia, em 1575. Embora um a legislação do Império Ultramarino Português definindo quilombo surgisse só em fins de 1740, autoridades e fazendeiros baianos andavam sobressaltados diante da movimentação de fugitivos desde do século XVI. (GOMES, 2011, p. 16).

Em todo o Brasil colonial se tem notícias das formações de quilombos, na qual não são exploradas pelos autores. “Temos evidências dessas formações de comunidades de negros miscigenados com índios nas capitanias do Grão-Pará, de Góias, do Mato-Grosso e da Bahia.”

(GOMES, 2011, p. 20). Assim, os Quilombos não eram comunidades fixas, isoladas e sem transformação social. O Quilombo de Palmares citado pelo autor é exposto como padrão para todos os tipos de mocambos existentes no Brasil colônia, sabemos que os tipos de quilombos brasileiros entre eles os mineradores, extrativistas e pastoris e nem todos os quilombos lutavam contra a escravidão. E ainda, sobre os Quilombos dos Palmares:

Precisa ser revista á luz das experiências históricas do Império português e suas formas de domínio. Fundamentalmente, precisa ser relida á luz de uma história atlântica das estruturas e das agências. Necessita de reflexões articuladas com a história da Angola quanto com as experiências conectadas do Atlântico sul. (...) uma releitura da história africana e desta no Brasil. (GOMES, 2011, p. 30)

Piletti faz referência a Palmares e as possíveis existências de outros Quilombos. O autor realiza uma análise dos Quilombos de uma forma em que os brancos, portugueses e colonos com as grandes ofensivas e ataques aos quilombos, definido o tópico como “A destruição de Palmares”. As narrativas sobre esse tópico fazem referências aos ataques destinados a Palmares, não realizando a análise da força dos quilombolas.

Abordando a temática do trabalho do negro na colônia, Boulos dedica um tópico com o nome “Trabalho”. O tópico faz referência a não compreensão do negro a condição de escravo no Brasil e os motivos pelos quais passava por aquela situação.

No engenho, eram os negros que cortavam lenha para as caldeiras, plantavam, colhiam e moíam a cana-de-açúcar, fabricavam, encaixotavam e transportavam o açúcar, construíram a casa-grande, a capela e a senzala, e cultivavam o feijão e a mandioca para sua própria subsistência. Esses eram os escravos do **eito** que se ocupavam dos serviços mais pesados.

Haviam também os **escravos domésticos** e os **escravos de ganho**. Os primeiros prestavam serviços dentro da casa dos seus senhores (...) os outros eram aqueles que trabalhavam nas vilas como vendedores, carregadores, ajudantes, pedreiros (...) e tudo que ganhavam era entregue aos seus senhores. (BOULOS. 1994, p. 65/66)

A divisão do trabalho apresentado por Boulos não aparece nas narrativas de Cotrim. O escravo é visto como algo que deve dar lucro de qualquer forma. O ser escravo é além de qualquer coisa uma vontade do senhor, que não precisava ter algum tipo de sentimento em relação ao outro, ou até mesmo de reconhecer o negro como uma condição de ser humano. A condição de ser escravo parece-nos que o senhor branco só sobrevivia se tivesse escravo, por que todas as tarefas ficam por conta do negro escravizado.

O trabalho na colônia e a mão-de-obra negra escrava seguem até o século XIX em

todos os aparatos da sociedade. Entretanto, nos capítulos dedicados pelos autores ao domínio holandês e a expansão territorial a presença da temática do negro pouco aparece. Enquanto Cotrim apresenta o negro quando os holandeses dominaram o Nordeste do país em um único trecho, que segue descrita abaixo:

Durante o governo de Nassau, os holandeses ampliaram ao máximo os seus domínios no Nordeste, conquistando todas as terras situadas entre Sergipe e Maranhão. E, ao mesmo tempo, ocuparam São Paulo de Luanda, na África, e de lá passaram a trazer negros bantos para os canaviais nordestinos. (COTRIM, 1996, p. 77).

Onde estavam os negros do Nordeste no momento da ocupação? O autor deixa uma lacuna sobre a presença do negro no Nordeste brasileiro nesse momento da história. Aparecendo quando

um grupo de negros, liderados por Henrique Dias, e outro de índios, comandado por Felipe Camarão, participaram corajosamente da luta contra os holandeses. Isso, porém não mudou em nada as péssimas condições de vida da maioria negra e indígena depois que os holandeses foram expulsos do Nordeste. (BOULOS, 1994, p.79. GRIFOS DO AUTOR)

A presença do negro dá-se em dois momentos, primeiro quando são levados para trabalharem nos canaviais e segundo quando lutam contra o domínio holandês. Sem grandes discussões o que levou os negros a lutarem contra o domínio holandês? Em que condições os negros se encontrava nesse momento? Os autores mesmo abordando a presença do negro, não o tratam com grande relevância para o momento, por que os negros continuaram como escravos. Em Cotrim a presença do negro durante o domínio holandês aparece apenas no momento da expulsão, quando o autor diz: “**havia um batalhão de negros**, chefiados por Henrique Dias; outro de índios, comandado por Felipe Camarão”. (COTRIM, 1996, p. 92. GRIFOS DO AUTOR). Os dois grifos realizados nos trechos retirados dos livros didáticos, nos fazem pensar em grupos de negros que apenas foram pra luta por que tinham alguém para os chefiarem. O negro não é visto como sujeito capaz de ir à luta, ou se organizar. E em um momento de crise da economia açucareira sua principal mão-de-obra desaparece, o negro. A ausência ou a pouca permanência, bem como a imagem distorcida do negro nas narrativas dos livros didáticos analisados faz com que o livro reproduza estereótipos, inferiorizando-o.

Os autores ao tratarem do assunto sobre a mineração no Brasil passam a retratar novamente a presença do negro na história do Brasil. Depois de alguma páginas após a introdução sobre a sociedade mineira no período colonial, o negro é citado de maneira

coletiva e heterogênea, apenas como secundário. No trecho “a sociedade mineradora, tal como a açucareira, era uma sociedade escravista, pois na mineração o trabalho era feito principalmente por escravos.” (BOULOS, 1994, p.109). No entanto, Boulos dedica um tópico falando sobre “Os escravos, os senhores e os desclassificados”. O autor descreve a grande quantidade de mão-de-obra negra utilizada na sociedade mineira, citando a autora Laura de Mello e Souza. Destacando as condições de trabalho dos escravos, comenta que os negros podiam comprar a própria alforria nesse período e as estratégias utilizadas pelos mesmos para conseguir ouro e dinheiro. Dos oito parágrafos desse tópico seis é sobre o negro na sociedade mineira.

Os escravos, durante o século XVIII, foram sempre muito mais numerosos do que a gente branca de posses. De acordo com o livro Desclassificados do outro, de Laura Mello e Souza, em 1786, por exemplo, a população das Minas Gerais compunha-se de 65.664 brancos, 100.685 mestiços e 194.498 negros. E a imensa maioria desses negros eram escravos. (BOULOS, 1994, p.110).

Sobre as condições de trabalho dos negros e as possíveis alforrias, aparece que:

Os escravos das regiões mineiras trabalhavam o dia inteiro com água pela cintura, alimentavam-se mal e não tinham direito de alegrar nem durante os feriados(...).

Muito se tem falado sobre a grande quantidade de negros que conseguiu comprar sua alforria escondendo ouro em pó no cabelo ou achando um enorme diamante(...).

Pesquisas recentes comprovam que o número de negros alforriados cresceu com a decadência da mineração, quando os donos de lavras passaram a libertar seus escravos por não terem mais como sustentá-los”. (BOULOS, 1994, p.110)

A abordagem do autor é de grande valia para uma possível compreensão da sociedade mineira. O autor traz em destaque a história de Isidoro, um negro que fugiu de seu dono e atirou-se na vida de garimpeiro. Seguindo o exemplo de Isidoro, outros escravos passaram a fugir e garimpar em liberdade. A história de Isidoro é ímpar nesse capítulo, sobre as possíveis fugas de negros.

Os escravos são destacados como uma figura passiva na sociedade mineira. Sem fazer grandes questionamentos sobre outras formas de reações do negro escravo na sociedade mineira, como o suicídio ou a formação de quilombos, ou até mesmo as doenças enfrentadas por escravos, a obra do autor não traz grande relações de mudança do escravo da sociedade açucareira para a sociedade mineira. Sobre os escravos alforriados nesse período a liberdade cedida pelo senhor parece ser a única atitude do mesmo após não ter mais condições

financeiras para mantê-lo. Sabemos que a taxa de alforriados nesse período dá-se principalmente por que muitos escravos terem conseguido comprar a sua alforria com furto de ouro de forma ilegal.

Mesmo com uma lacuna em suas narrativas a obra de Boulos faz uma reflexão que a de Cotrim. Sobre a sociedade mineira diante da descoberta do ouro “o negro continuaria escravizado e reagiria sob formas variadas, do suicídio á formação de quilombos, tal como aconteceu no Nordeste”. (BRANCO, 2005, p. 92). Sendo importante destacar que em “Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XVIII -, até sugerem que a existência dos mocambos significou uma ‘válvula de escape’ para as tensões entre senhores e escravos na sociedade escravista e acabaram mesmo por inibir a eclosão de revoltas.” (GOMES, 2011, p.23). Sobre o cotidiano dos escravos nas minas de ouro não é abordado pelos autores. Em que “as mortes dos escravos, também eram causadas por doenças, como disenteria, malária, infecções pulmonares ou, mesmo, por acidentes”. (BRANCO, 2005, p.92).

Dedicando apenas trechos sobre o negro na sociedade mineira, Cotrim apenas representa a sociedade mineira com a presença de 17% da população ser de origem negra.

No entanto, para a maioria dos negros escravos, a situação de vida na sociedade mineradora não foi melhor do que no nordeste açucareiro. A brutalidade da exploração do escravo talvez tenha sido pior. (...) Devido á desumana condição do serviço, os negros morriam com cinco ou sete anos de trabalho na mineração. (COTRIM, 1996, p.116).

O autor encerra a referência ao negro sobre a *sociedade do ouro* no trecho acima. Sem traçar maiores detalhes sobre as condições de vida do negro em nenhum dos momentos históricos com na sociedade açucareira e a mineradora, o autor fala de maneira superficial sobre a exploração da mão-de-obra negra nas minas de ouro.

Ainda sobre a presença do negro nas narrativas do livro de didático, encontramos uma breve referência no texto que trata da “A Conjuração Baiana”, em que Cotrim diz “a conjuração foi promovida por gente pobre e explorada. Não apenas brancos, mas também negros e mulatos.” (COTRIM, 1996, p. 125). O termo também indica uma posição secundária do negro e do mulato em relação a sua participação na conjuração baiana. Dessa forma, elencando ainda mais a submissão do negro ao branco na sociedade colonial brasileira. Esse participação do negro na conjuração faz com que um dos ideais do movimento fosse a abolição da escravatura. Mas como um movimento de tamanha importância para a história do Brasil, não ocupa um destaque maior nas páginas do livro de Cotrim? Já que a participação do

negro foi destacada e um dos objetivos era a sua liberdade. Essa omissão permanece como um forte obstáculo para se compreender um pouco a mais sobre a história da população negra.

Em oposição a pouco destaque dado ao negro no movimento da Conjuração Baiana, Boulos dedica cinco dos onze parágrafos comentando sobre as condições de trabalho e vida do negro na Bahia. Assim destaca,

No final do século XVIII, a capital da Bahia possuía cerca de 16 horas por dia na produção do açúcar, aguardente e fumo de rolo, produtos que eram muito vendidos no exterior.

Os negros libertos e os mestiços ganhavam a vida como soldados, artesãos, carpinteiros, pedreiros, pescadores, carregadores e vendedores ambulantes.

Escravos ou livres, os negros e os mestiços eram explorados e também discriminados por sua cor e por serem pobres. Ou seja, eram vítimas do preconceito racial e social dos homens brancos ricos. (BOULOS, 1994, p. 119)

As narrativas históricas sobre o negro no que tange a Conjuração Baiana destacada por Boulos é essencial por não omitir a participação da luta negra em conjunto com outras camadas sociais. Mesmo assim, a exploração do negro nesse período é mais forte que “luta”.

A capacidade de luta do negro durante os séculos em que sua mão-de-obra foi explorada nas terras brasileiras passa a ser um fato histórico permanente, mesmo sendo omitidas em narrativas tão importantes como dos livros didáticos. A busca por melhores condições de vida, a resistência ao preconceito, ao racismo e a desigualdade social foram um dos muitos caminhos encontrados pelo negro na tentativa de serem reconhecidos como seres humanos e não serem personagens secundários das grandes transformações da história do Brasil.

Dando continuidade à análise dos últimos capítulos das obras, quando os autores tratam de um período que vai da chegada da família real ao Brasil a independência brasileira de Portugal, o negro surge nas narrativas em dois momentos. Primeiro momento destinado a “A Revolução Pernambucana de 1817”. As duas obras destacam os mesmos pontos sobre os interesses da revolução. Primeiro “Os rebeldes de Pernambuco não queriam brigar com os senhores de engenho da região. Por isso, diziam que pretendiam libertar os negros da escravidão, mas de forma ‘lenta, regular e legal.” (COTRIM, 1996, p.134). Segundo ponto “Domingos José Martins, por exemplo, era favorável á libertação dos escravos, enquanto o rebelde Francisco de Paula Cavalcanti, dono de imensas terras, era escravista, contrário à participação dos negros na luta. Dessa forma, evidencia um momento de intensa luta no período e de contradições, na qual o autor não deixa profundos argumentos sobre o assunto.

Apenas constatamos que “a escravidão era mantida, para não ferir os interesses dos senhores de engenho adeptos do movimento.” (GOMES L. 2007, p.255).

Mesmo com a repressão ao movimento, mesmo com a tentativa de libertar nenhum negro a Revolução Pernambucana abriu caminhos para alguns negros libertos. Mesmo que com o fim e a captura dos “cabeças” da revolução “os chefes revolucionários foram enforcados e tiveram suas ‘cabeças e mãos decepadas’ (...) os cativos, libertados e alistados nas tropas republicanas, foram chicoteados e reescravizados”. (MAESTRI, 2002, p. 26). Em nenhum momento nas narrativas dos autores, quando os mesmo identifica a presença do negro na Revolução Pernambucana se fala de liberdades conquistadas.

Ainda no mesmo capítulo, discutindo sobre o possível fim do sistema colonial e as pressões que a Inglaterra exercia sobre o Brasil, Cotrim estabelece uma relação com uma oposição da Inglaterra na permanência do trabalho escravo no Brasil. Fortalecendo uma ideia como se à Inglaterra fosse a única capaz de pressionar o Brasil para o fim da escravidão. Nesse ponto o autor abandona as lutas e resistências dos negros. Destacando que “além do monopólio de comércio, o sistema de produção industrial também rejeitava a escravidão, pois o escravo não recebia salários pelo seu trabalho e, portanto, não podia comprar produtos industrializados.” (COTRIM, 1996, p. 130).

Em Piletti não se tem nenhuma narrativa acerca da Revolução Pernambucana e nem sobre o ouro em Minas Gerais. O autor encerra sua obra com o capítulo “Arte e literatura na colônia”, não abordando em nenhum momento a participação do negro nesse aspecto da vida colonial. Deixando claro que o negro não participou da vida artística do período colonial.

Durante a nossa investigação e análises na busca em compreender a exposição e representações sobre a categoria *trabalho escravo*, podemos perceber que o o mesmo é um alternativa, somada as consequências da colonização, como um ponto decisório para dar lucro. As narrativas dos livros didáticos analisados deixam de lado a história do negro vindo para o Brasil, não abordando tantas outras questões importantes.

Em vários momentos do texto os autores reproduzem em suas narrativas sobre o negro com uma abordagem estereotipada, que favorece a discriminação quando silenciam diante de uma imensa diversidade da cultura negra, anterior a sua chegada ao Brasil. As características, modos de vida, costumes, cotidiano, alimentação, crenças e lutas não são contempladas, desvalorizando as questões afro-brasileira. Em poucos momentos percebemos a resistência do negro á sua condição de escravo. Muitas vezes a figura “do negro quase nunca

aparece, e quando aparece, é sempre representada em posição subalterna.” (ORÍÁ, 1995, p.160).

3 - A LUTA E A ABOLIÇÃO NAS NARRATIVAS DE 1996 A 2010.

Neste capítulo realizaremos uma análise das narrativas relacionadas às formas de lutas do negro até o processo que culminou na abolição da escravatura no Brasil. Para tal foi necessário o uso das categorias, sendo elas: a *luta* e a *abolição*. Escolhemos essas categorias por dois motivos em algumas narrativas é evidente a presença das formas de resistências e lutas do negro e em outra a ausência das mesmas. No que tange a categoria abolição inclui as rebeliões, as fugas, a formação de quilombos, as revoltas e os ideais de liberdade do negro escravizado. As obras analisadas para construir este capítulo foram as seguintes:

- **Mota**, Carlos Guilherme. História e civilização: o Brasil imperial e republicano. 5 ed. – São Paulo: Ática, 1997.
- **Piletti**, Nelson. História e vida: Brasil da independência aos dias de hoje, v. 2 – 16 ed. – São Paulo: Ática, 1996.
- **Apolinário**, Maria Raquel. Projeto Araribá: História/ Organizadora Editora Moderna. – 3 ed. – São Paulo: Moderna, 8º ano, 2010.
- **Reis**, Anderson Roberti dos. Para viver juntos: história, 8º ano: ensino fundamental – 1. Ed. rev-São Paulo: edições SM, 2009.
- **Boulos Júnior**, Alfredo. História: sociedade e cidadania, 8 ano – São Paulo: FTD, 2009.
- **Vicentino**, Claudio. Projeto Radix: história, 8º ano. - São Paulo: Scipione.
- **Panazzo**, Silvia. Navegando pela história. São Paulo: Quinteto. Editorial, 2006.

A abolição da escravidão no Brasil não garantiu acesso do negro na sociedade brasileira. O não projeto político e social para o fim da escravidão apenas garantiu a liberdade da senzala, por que nos anos posteriores os negros continuaram com as piores formas de sobrevivência no Brasil. O não acesso á uma educação, saúde, moradia e saneamento básico de qualidade inviabilizou uma melhoria da vida do “negro”, a luta por seus direitos continuou no século XX e XXI. Agora não mais a fuga para o quilombo, mas sim o movimento negro, deu base e continuidade para muitas conquistas do povo negro na tentativa de garantir direitos e deveres em uma sociedade brasileira altamente preconceituosa e com pensamento branco-elitista. A luta negra na sociedade brasileira continua. Ainda com políticas públicas que precisam de revisão e discussão, marcado por um futuro de luta. Com base no processo de luta do negro, ao longo da história do Brasil, que construímos esse capítulo.

A segunda parte desta pesquisa está dedicada a análise das lutas e as formas de resistência dos negros e como as mesmas estão representadas nas narrativas do livro didático de história. Sabe-se que essas lutas culminaram na abolição da escravatura em 1888. E nessa tentativa de compreender a luta histórica negra que esta pesquisa tem uma grande relevância social, pautada na Lei 10.639/003 que torna obrigatória o estudo, ensino e pesquisa da história afro-brasileira.

A pesquisa realizada por Souza, Jesus e Cruz (2012) “História e Cultura Afro-Brasileira na escola: Lei 10.639/003”, aborda as novas discussões acerca do ensino de história e a lei 10.639/003, tendo como objetivo discutir as questões que envolve a inserção do tema na sala de aula. Procurando revelar a importância da lei no processo de ensino-aprendizagem e no contexto escolar, valorizando a diversidade cultural e a identidade da população brasileira, o autor afirma que o negro africano chegou no Brasil predestinado para dar lucros. Afastado de sua terra, o negro africano não se entregou facilmente a opressão e dominação. A resistência do negro fez com que, aos poucos, a cultura europeia, disseminada no Brasil, fosse envolvida pela cultura africana. Através da sua luta em defesa de sua cultura, o negro foi contribuindo de maneira significativa para construção da pluralidade cultural existente no Brasil. Entretanto, por décadas, a sua condição de negro o deixou à margem da sociedade, sem perspectiva de vida.

3.1 AS LUTAS E RESISTENCIAS DO NEGRO.

As lutas e as resistências do negro na América Portuguesa são notórias nas narrativas dos livros didáticos, aparecendo muitas vezes de formas dicotômicas. Em Boulos no subtítulo de sua obra “A luta do negro”, nos fala “ao contrário do que dizem alguns livros antigos de História, o negro lutou muito, reagindo de diversas formas contra sua condição de escravo”. (BOULOS, 1994, p. 67). Reafirmando algumas formas de reação como o suicídio, aborto, assassinato de feitores e senhores e fugindo, posteriormente apresenta o quilombo dos Palmares como sinônimo e referência de luta contra a escravidão. A abordagem feita pelo autor é bem diferente da obra de Cotrim, em que o mesmo dá pouca importância à luta negra. Em “A violência da escravidão e a revolta dos negros”, Cotrim diz “de várias maneiras, os negros procuravam reagir contra a brutalidade da escravidão. Muitos fugiram em busca de liberdade e fundaram comunidades para se protegerem.”, citando apenas a formação de Quilombos como luta.

Mesmo nas narrativas presente em História do Brasil de Boulos apresentar os tipos de luta realizadas pelos negros, ainda não dedica uma análise minuciosas para a importância histórica da luta negra contra a sua condição de escravo. Cotrim e Boulos, o último em menor destaque, fortalecem o que alguns autores dizem, que “a referência histórica das lutas contra a escravidão destacam-se os quilombos, e entre eles, o Quilombo de Palmares, como o mais importante e continuado foco de resistência no período da escravidão.” (RIBEIRO, 2014, p.11).

Nessa mesma perspectiva das lutas negras analisando em obras posterior a Lei 10.639 quando se refere a luta negra contra a escravidão, o livro didático “Projeto Araribá História” organizado por Maria Raquel Apolinário da editora Moderna entre as unidades de 1 a 7, das páginas 10 a 174 apenas encontramos uma narrativa que envolvia as resistências da população negra escravizada, no caso estava presente na página 174. Em que a mesma narrativa faz relação as resistências das mulheres negras escravizadas. Nas narrativas dessa obra encontramos

as negras escravizadas, porém, resistiam de várias formas ao cativo. Era comum negar a maternidade ou praticar abortos para evitar que seus filhos sofressem como elas. Nas casas-grandes as cativas chegavam a praticar atos de violência contra senhores cruéis, como o envenenamento.

Como vendedoras ambulantes, (...) as quintandeiras ajudavam nas fugas de escravos e na formação de quilombos.

Em alguns casos, escravas chegaram a participar ativamente na organização de motins. (...) uma cativa chamada Francisca, junto de seu marido, coletou dinheiro para organizar uma rebelião, incitando o povo á revolta. (APOLINÁRIO, 2010, p. 174)

No trecho destacado acima, as narrativas do Projeto Araribá faz referência as mulheres negras e escravas associadas a resistência, o que nenhuma outra obra faz, porém deixa uma lacuna da presença do negro em boa parte da história do Brasil apresentada em sua obra. Apenas encontramos referências sobre o trabalho escravo na mineração com pouca discussão apresentando apenas a personagem escrava negra Chica da Silva como destaque da região do ouro, o negro como agente passivo da revoltas coloniais, na ocasião apresentada é a Revolta de Beckmam, no capítulo que trata sobre “A vida cotidiana nas cidades mineiras” o negro surge em dois momentos. No primeiro, “As negras quitandeiras”, comentando sobre a obra de Laura Mello e Souza sobre a análise da figura negra no cotidiano das vilas mineiras e o outro momento é em relação as irmandades religiosas, ocultando em parte o sincretismo

religioso como forma de luta, também não mencionado em nenhuma das obras até aqui analisa. Sobre as irmandades religiosas diz que “as confrarias dos negros, por sua vez, proporcionavam aos africanos e seus descendentes a reconstrução de uma identidade e a manifestação de suas tradições e costumes religiosos, mesclados com elementos do catolicismo”. (APOLINÁRIO, 2010, p. 49). Sobre as quintadeiras Boulos as apresenta como “As negras de tabuleiro” sendo conhecidas pelas estratégias de proteção aos escravos fujões, ou para esconder alimentos, ouro e diamantes com o objetivo de comprar a liberdade. O autor segue comentando sobre a não aceitação do negro ao sistema escravista.

Os habitantes das Minas, porém, não se calaram diante da escravidão, da pesada rede de impostos e de outras violências a que foram submetidos. Resistiram a tudo isso desobedecendo em silêncios, promovendo revoltas, desviando ouro e diamantes, reclamando á justiça para a mata e formando quilombos. (BOULOS, 2009, p. 65)

Diante da ausência da luta do negro nas páginas dos livros didáticos “História e civilização” e “História e vida”, encontramos em Teixeira (2009) em que a mesma investiga a representação do negro brasileiro no livro didático. Com o objetivo de apontar o papel visual no livro didático, falando sobre o racismo no Brasil. A teoria apresentada pela autora nos revela que as representações do negro que perpassam o cotidiano escolar são de fundamental importância para alicerçar situações do cotidiano e sobre a cultura afro-brasileira. Com um levantamento de dados e de análise de imagens das coleções de livros didáticos, de Língua Portuguesa e de História, disponíveis e em uso na escola escolhida para a pesquisa, a autora atingi seu objetivo que é de identificar a imagem/representação da população negra brasileira, apresentada nos livros didáticos de Língua Portuguesa e História, publicados entre 2000 e 2006. Teixeira nos afirma que o livro didático é um instrumento no processo de socialização das crianças, e, sobretudo como veículo condutor de linguagem.

Ainda sobre as narrativas das lutas do negro, na obra “Para Viver Juntos”, encontramos trechos que esclarece uma pequena participação do negro em algumas revoltas locais como a Conjuração Baiana. Quando o autor diz que “todos os conjurados que foram presos eram negros ou filhos de negros. A maioria deles não possuía bens; dispunham, apenas, das roupas do corpo. Nove deles, ainda, eram escravos.” (REIS, 2009, p. 16). O trecho apenas relata sobre a punição, e não sobre as lutas ou motivos pelos quais os negros participavam da conjuração. Continuando oculta a participação do negro.

Ocultar informações de forma consciente ou inconsciente é criar estereótipos a partir de uma representação social do negro. Assim, “a correção dos estereótipos, um dos

objetos internalizados na nossa consciência, que contribui para que a representação social dos objetos ou indivíduos não corresponda á sua percepção real, é um passo para a transformação dessa representação”. (SILVA, 2011, p. 22).

Seguindo com a nossa pesquisa, as narrativas analisadas, encontramos em quatro livros dos seis, a abordagem sobre a “Revolta dos Malês”. Todas as obras são de período posterior a Lei 10.639/03. Entre eles o Projeto Radix, de Cláudio Vicentino, “História: sociedade e cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, “Projeto Araribá História”, de Maria Raquel Apolinário e “Para Viver Juntos”, de Anderson Reis. Com quase duas páginas dedicadas a abordagem da revolta, o autor deixa claro que a formação de quilombos e as revoltas dos escravos foram as pontas das lanças contra a escravidão. Contrário ao que alguns autores mostram. Em contraponto a obra “História e Civilização” e “História e vida” que fazem referência a Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farroupilha e Praieira, não mencionando a “Revolta dos Malês”. Sobre os malês, o autor Vicentino esclarece:

Desde a época colonial a resistência negra contra a escravidão acontecia de inúmeras formas. A formação de quilombos e as revoltas de escravos eram as mais ameaçadoras á ordem escravista. A instabilidade político-social da primeira metade do século XIX (...) desencadeou mais um ciclo de insurreições escravas. (VICENTINO, 2009, p. 200)

Assim, a ordem escravista estava ameaçada pelas inúmeras revoltas dos escravos, fortemente presente nas narrativas de Vicentino. Indo além dizendo que “planejada por vários líderes (...) Revolta dos Malês, de 1835, em Salvador, foi a maior de todas as rebeliões escravas do período”. (VICENTINO, 2009, p. 200). A forma positiva da revolta como o autor aborda a revolta destaca o negro como um sujeito que constrói sua própria história, indo contra as perspectivas que representam os negros de forma passiva.

Em “Projeto Araribá História” as narrativas que se referem a Revolta dos Malês a autora faz uma referência a identidade dos negros com a África, sobre suas origens, língua, religião e a origem do nome da revolta. Contudo, afirma que “600 negros escravos e alforriados se levantaram com o propósito de libertar escravos, matar brancos e mulatos considerados traidores e pôr fim á escravidão africana.” (APOLINÁRIO, 2010, p. 214).

As narrativas de Boulos sobre a "Revolta dos Malês traz uma abordagem do cotidiano, alimentação, costumes, identidade e resistência do povo negro. Com um discurso

que não trata o negro como pacífico, secundário ou vítima apresenta a revolta do ponto de vista de identidade do negro com a África.

Na época, essa revolta foi chamada de Insurreição Nagô, pois quase 70% dos rebeldes eram de etnia nagô, nome dado aos iorubas na Bahia. Depois, ficou conhecida como Revolta dos Malês, porque seus principais líderes (...) seguiam **o culto malê**, religião mista. (...) Os malês não comiam carne de porco, jejuavam às sextas-feiras e uma vez por ano faziam uma dieta especial á base de inhame, língua de vaca, arroz, leite e mel. (...) Nem todos os rebeldes eram malês; muitos praticavam outras religiões e só participavam da revolta movidos pela esperança de uma vida melhor. Os afro-descendentes, escravos ou libertos, eram explorados no trabalho, desprezados por sua cor e perseguidos por causa de sua religião. (BOULOS,2009, p. 221/2220)

Boulos destaca a Revolta iniciando os traços culturais do grupo, percebendo uma identidade coletiva de muitos, reconhecendo que nem todos seguiam os mesmos costumes, mas o que lhes unia era a busca pela liberdade. Depois o autor relaciona o grupo com as lutas e a exploração. O autor não trata o negro apenas como escravo distante de sua vida ou individualidade. O autor segue suas narrativas sobre a Revolta com o mesmo caráter. No lado esquerdo da página do livro, em letras menores do que do texto original, Reis aborda a Revolta dos Malês. O mesmo não traz grande motivações sobre a luta negra nesse ponto analisado. Apenas diz “A revolta dos Malês, apesar de ter sido deflagrada em 1835, (...) não teve motivação política. Foi liderada por escravos (...) com objetivo de pôr fim á escravidão”. (REIS, 2009, p.118). Assim, percebemos que o autor dar pouca importância a revolta, destaca com mais ênfases as outras revoltas que aconteceram no período regencial brasileiro. Mas deixamos claro que nenhuma das outras narrativas investigadas aborda sobre a luta do negro durante a Revolta dos Malês.

Ainda sobre as formas de luta, não poderíamos deixar de mencionar Boulos em “História: sociedade e cidadania” em que o autor inicia o primeiro com o tema “Africanos no Brasil”. O autor ressalta as lutas e resistência negra ao longo da história, fortalecendo uma perspectiva de desconstrução dos estereótipos, racismo e discriminação racial. O autor destaca dez páginas com personalidades negras da classe social rica, com diversas profissões e histórias, retratando a história dos negros antes da chegada à América, passo a passo da escravidão, as culturas africanas, o trabalho, cotidiano, alimentação, violência sofrida e resistência. Destacando que:

Nenhum grupo humano jamais aceitou ser escravizado. Onde houve escravidão houve resistência. No Brasil não foi diferente. (...) Os escravizados, por sua vez, desenvolveram várias formas de resistência. A copeira, por exemplo, foi uma delas.

Os africanos e seus descendentes resistiam também desobedecendo, fazendo corpo mole no trabalho, quebrando ferramentas, incendiando plantações, suicidando-se, agredindo feitores e se senhores, negociando melhores condições de vida e trabalho, fugindo sozinhos ou com companheiros e formando quilombos. (BOULOS, 2009, p.19)

O autor não destaca apenas os quilombos como forma de luta ou de resistência. A luta do negro contra a escravidão não é contemporânea, remete aos primeiros anos da escravidão no Brasil, logo quando os primeiros negros foram escravizados e tratados como objetos. A história da escravidão é marcada pela resistência, luta e organização como forma desconstrução da sociedade escravocrata brasileira.

As revoltas do século XIX, as constantes pressões internas e externas pelo fim da escravidão, fazia com que a instabilidade do sistema escravista fosse posto em cheque. Mesmo assim, durante todo o século XIX a população negra era vista como atraso para o Brasil, a elite brasileira buscou promover o desenvolvimento da sociedade brasileira, com estratégias públicas que “garantiam que os negros fossem livres e educados”. É óbvio que suas estratégias seriam pensadas de uma maneira que os beneficiassem. Em 28 de setembro 1871 “A Lei do Ventre Livre” foi criada como uma garantia para as crianças filhos de mulheres escravas que nascessem a partir dessa data fossem livres e educadas.

A Lei do Ventre Livre foi um ponto de partida para o processo abolicionista, mas visto que as mães das crianças livres continuariam escravizadas, só restaram duas possibilidades para essas crianças negras, ou continuariam nas casas-grandes sobre tutela dos senhores até os 21 anos de idade ou eram entregues ao governo. Mais é claro que a primeira opção foi a que mais aconteceu, até por que quem tomava a decisão eram os próprios senhores e é lógico que eles seriam os mais beneficiados se mantivessem os filhos das escravas sobre sua tutela.

Porém, de acordo com a lei esses proprietários ou senhores de escravos ficariam responsáveis pela educação das crianças filhos de escravas, e, no entanto, pesquisas mostram que eles não entregavam as crianças livres ao governo, tampouco as educavam. Sendo assim, notamos que uma lei não foi suficiente para garantir a escolarização dessas crianças. E é

possível perceber como o Estado participou passivamente e conscientemente de todo processo de exclusão e precarização moral, social e educacional para com a população negra brasileira.

Sabe-se que nesse período do final do século XIX o Brasil vinha sendo pressionado pela Inglaterra para libertar os escravos, e que também os próprios negros usavam suas estratégias de resistência contra o sistema escravagista. É válido ressaltar que o projeto ideológico de construção da nação brasileira seguia um pensamento do positivismo europeu, do darwinismo social, da teoria evolucionista, no entanto todos apresentam uma imagem inferiorizada aos povos negros e indígenas. Podemos perceber isso claramente nas seguintes palavras:

No contexto brasileiro, no âmbito das teorias raciais deterministas, na passagem do século XIX para o XX, as culturas indígenas e negras foram vistas como bárbaras, como selvagens e primitivas e as populações indígenas e afro-brasileiras foram representadas como inferiores, indolentes e preguiçosas. (SILVA; ZUBRAN, 2012, p.132)

Portanto, iremos observar que os discursos realizados durante aquele momento de transição dos séculos acarretado de transformações sociais serviram para aflorar as diferenças entre brancos e negros. E mesmo após a libertação dos escravos e com a chegada do século XX a população negra ainda enfrentou muitos desafios para mudar a dura realidade que se encontravam.

Diante disso é de suma importância ressaltar que após a abolição os povos africanos e que seus descendentes foram vítimas de uma nova ordem de exclusão social, devido a um pensamento que classifica a raça negra inferior e incapaz. E esses estigmas e estereótipos foram fundamentais para construção de discursos e práticas discriminatórias e racistas para com o negro. Mas também é válido destacar que esse segmento sempre lutou contra essa posição que a sociedade brasileira lhes impôs, pois, desde o início formaram grupos que traçaram estratégias de resistências. Mas o que levou de fato a abolição da escravatura? Assim, seguiremos para o nosso próximo ponto, a análise da categoria abolição.

3.2. A ABOLIÇÃO.

Não é difícil perceber, nos diversos períodos da história do Brasil, desde as primeiras lutas e resistências a formação dos primeiros Quilombos, assassinatos dos senhores de engenhos, da produção de jornais que denunciavam abusos dos senhores de escravos, ou

mesmo nas revoltas localizadas as maneiras significativas de emancipação do negro as condições que estavam submetidos de desigualdade social e racial no país. Essas lutas caminham juntas com os anseios de um tempo e espaço, ou seja, com um diálogo com a sociedade de uma época.

A própria formação dos Quilombos ou os movimentos abolicionistas que tiveram a participação de negros, estão imbuídos de um desejo da época. Os movimentos pós-proclamação da República e os movimentos no período da Ditadura Militar revelam exatamente como a sociedade que se forma em um tempo, influência diretamente nos ideais do movimento.

Ribeiro (2014), utilizando as referências de Roger Bastide e Florestan Fernandes, usa como pano de fundo o período da escravidão e pós-abolição, que constrói a ideia de que o preconceito de cor representa o contexto sociocultural do Brasil. A falsa ideia da democracia racial existente colocou para debaixo do tapete a discriminação, racismo e preconceito contra o negro, a Lei 10.639/2013 é resultado dessas questões. Como forma de reação a discriminação racial, o movimento negro busca diversas formas de resistências. Sendo considerado como o movimento mais antigo para a formação da democratização, busca uma transformação social. Discutindo o tema com autores como Scherer-Warren, Domingues, Zélia Amador de Deus e Cardoso, Ribeiro realiza uma análise aprofundando como ao longo da história o movimento negro vai criando visibilidade.

A busca por visibilidade aparece na história desde a formação dos primeiros quilombos, a formação da comunidade negra em São Paulo, ou durante a ditadura militar. O movimento negro vai além de uma compreensão simplória. O movimento articula uma reação ao poder, mas é uma própria relação de poder, por que determina a vida de homens, mulheres tanto branco como negro. Destacando uma conexão entre gênero e raça na busca de ressaltar a importância do movimento nos diversos setores sociais. Fortalecendo que a ideia de que mulheres são mais afetadas pela discriminação racial. Dessa forma o movimento negro feminista entra em cena. Destacando o protagonismo feminista, Ribeiro (2014) amplia o olhar do movimento.

Dessa forma, a presença e a luta pela liberdade nas narrativas dos livros didáticos trazem reflexões em relação as rebeliões, as fugas, os quilombos e o movimento abolicionistas vai se juntando até concretiza-se no processo de abolição. A busca pela liberdade do negro

não é um processo separado da história do Brasil, mas algo construído que aos poucos sufocava o sistema escravista brasileiro.

Em História e vida de Piletti a luta pela libertação dos escravos trata de maneira rápida a Confederação do Equador, em que “setores médios da sociedade pernambucana (...) e as camadas mais pobres (negros, mulatos, militares de baixa patente e outros trabalhadores) uniram-se n aluta contra a escravidão, contra a desigualdade social e contra o imperador e o presidente nomeado para Pernambuco.” (PILETTI, 1996, p.10). A presença negra na luta pela abolição em uma revolta localizada aparece de maneira rápida e desvalorizada. Na ocasião o autor abordando sobre as revoltas no período regencial, o mesmo não menciona a Revolta dos Malês como uma luta pela liberdade do negro. O autor não menciona sobre os negros que foram lutar na guerra do Paraguai em busca de sua liberdade, deixando para mencionar apenas no tópico “O Fim do Império” com um fator determinante para o fim da escravatura.

Nesse momento a abolição é vista como algo secundário nas narrativas do autor. Mesmo a abolição tendo acontecido antes do fim do segundo reinado a mesma não é apresentada no livro antes do fim do império brasileiro. No quinto capítulo dessa obra o autor elaborar a apresentação sobre a libertação dos escravos dizendo que a luta pela abolição começou com a Inglaterra com a mesma “acabou com o comércio de escravos em suas colônias em 1807, a partir de então começou a exercer forte pressão sobre o Brasil, para que o nosso país também acabasse com o tráfico”. (PILETTI, 1996, p.36). A Inglaterra torna-se a principal e primeira a questionar e lutar contra a escravidão no Brasil, mesmo que fosse por interesses economias e políticos.

Sobre as duas narrativas “A confederação do Equador” e a participação da Inglaterra no fim do tráfico negreiro, na obra “Pra Viver juntos” (2009), encontramos pontos importantes para nossa pesquisa. Primeiramente, sobre o processo de abolição o autor destaca “a Confederação do Equador, que aboliu o tráfico de escravos” (REIS, 2009, p.102), não menciona a participação do negro no movimento. Mota (1997) não trata da Confederação do Equador, menciona as intervenções da Inglaterra na abolição da escravatura. Ficando evidenciado que “A pressão da Inglaterra pela abolição do tráfico começou em 1810, no primeiro tratado comercial assinado com a corte portuguesa, refugiada no Rio de Janeiro” (MOTA, 1997, p. 46). Nesses trechos a ausência da participação do negro na luta pelo tráfico negreiro é negada. Tratando das “Consequências da abolição do tráfico”, Mota diz “A falta de braços na lavoura foi a consequência imediata da abolição do tráfico de escravos africanos. O

problema da falta de trabalhadores escravos se tornou mais aguda nas províncias do norte e nordeste.” (MOTA, 1997, p.47).

Em contraponto as narrativas de Piletti (1996) e Mota (1997), as narrativas de Boulos (2009) o autor destaca a participação da luta do negro em busca de sua liberdade em a Guerra do Paraguai, em que o mesmo utiliza um texto “Os negros na Guerra do Paraguai”, em que cada vez mais “os escravos eram alforriados e seus senhores recebiam indenização do governo brasileiro. Não se sabe ao certo quantos escravos receberam a alforria para lutar na guerra.” (BOULOS, 2009, p. 242). Ir pra guerra era uma estratégia de luta na busca pela liberdade, o certo é que a presença da população negra na guerra teve um papel histórico decisivo. Independente “dos números de alforriados da população negra na Guerra do Paraguai foi decisiva, embora pouco estudada”. (BOULOS, 2009, p. 242).

Ao que se refere ao tráfico negreiro e as pressões da Inglaterra, o autor realiza um conjunto de narrativas que envolvem o interesse da Inglaterra e as futuras consequências do fim do tráfico negreiro, consequências que interferem diretamente na vida do negro escravizado, em que os autores Mota, Piletti e Reis não analisam. Nas narrativas de Boulos encontramos além dos interesses econômicos dos ingleses, dois pontos que merecem destaque as ideias iluministas que se opunham à escravidão. As ideias iluministas tiveram bastante influencia no Brasil, principalmente no movimento abolicionista. Como consequência de tudo isso tem as Leis Eusébio e Queiroz, Lei de Terras e o Tráfico Interprovincial. As duas leis contribuiu diretamente para uma alarmante desigualdade social e discriminação racial do negro. As mesmas criaram uma conjuntura de racismo da elite brasileira, tão bem fortalecida pelas ideias europeu do século XIX.

Sobre a Confederação do Equador e a Guerra do Paraguai em Vicentino (2009) não envolve a busca pela liberdade do negro escravizado. Em contrapartida o mesmo autor para abordar o assunto do fim do tráfico negreiro antes de mencionar a Inglaterra como a grande precursora do fato “heroico”, destaca o cotidiano dos escravos de ganho e de aluguel, as resistência do negro e da aristocracia em direções oposto sobre a escravidão. Assim, destaca “na segunda metade do século XIX, contudo, as relações escravistas entraram em declínio. Um dos impulsos decisivos para essa reviravolta foi o fim do tráfico negreiro entre África e Brasil.” (REIS, 2009, p.217). Interessante perceber que além de citar a Inglaterra o autor trata das relações internas que contribuíram para o fim do tráfico negreiro. Ainda sobre as pressões da Inglaterra sobre o fim do tráfico, em “Projeto Araribá História”, o tema “O movimento

abolicionista”, primeiramente trata como uma possível idealizadora da abolição, logo no início do texto o autor apresenta os ingleses como os grandes articuladores do processo que futuramente resultaria na abolição.

Até o século XVIII, a Inglaterra obteve imensos lucros com o comércio internacional de escravos. A situação mudou depois de 1807, quando o parlamento aboliu o tráfico de escravos par as colônias inglesas. Em 1833, a escravidão foi abolida em todos os domínios ingleses e a Inglaterra se transformou no maior oponente do tráfico internacional de escravos. (APOLINÁRIO, 2010, p. 226).

O autor também apresenta a Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico interprovincial, Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários como uma forma de revelar que a abolição foi um passo lento e gradual, mas sempre articulado com interferências não da luta do negro.

Mas de fato o que levou o processo de abolição da escravatura no Brasil? Com o passar dos anos as lutas dos negros foram se intensificando por toda camada social e em todas as instâncias. Dessa forma o processo de abolição realmente foi lento e gradual, mas teve uma participação decisiva da população negra.

Um conjunto de fatores foi determinante para o processo de abolição da escravidão no Brasil imperial

As rebeliões, as fugas, os quilombos, os trabalhos mal executados ou não cumpridos eram uma forma de os negros manifestarem seu protesto. Mas, uma legislação regida e um aparelho repressivo bem constituído sufocavam as revoltas, impedindo que escravos concretizassem seus ideais de liberdade. A luta do negro veio a se juntar, a partir da segunda metade do século XIX, o protesto da classe dominante, que conduziram o processo de emancipação. O fim do tráfico negro, através da Lei Eusébio de Queiroz, (...) A Guerra do Paraguai serviria, também, para tornar ainda mais flagrantes essas limitações. (BRANCO, 2005, p.127).

Para algumas narrativas analisadas as Leis do império no que tange a escravidão seria um passo para convencer os abolicionistas e a Inglaterra de que a abolição era uma questão de tempo. Em Mota (1997) quando diz “o governo imperial tentava realizar as reformas para evitar a queda do regime: em 28 de setembro de 1871, o gabinete conservador promulgou a Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data”. (MOTA, 1997, p. 68).

Em Piletti, quando diz que os motivos que levaram a abolição, foram três leis:

Lei do Ventre Livre, de 1871 – Declarou livres os filhos de mulher escrava nascidos a partir da aprovação da Lei. (...).
 Lei dos Sexagenários, de 1885 – Declarou livres os escravos que chegassem a 65 anos de idade. (...)
 Lei Auréa, de 13 de maio de 1888 – Declarou livres todos os escravos. O governo não teve saída. (...) O governo libertou os escravos para não perder a monarquia. (...) (PILETTI, 1996, p. 38)

Em Mota (1997) a campanha contra a escravidão passou a ganhar força 1860, mas foi em “1880 que a luta tornou uma verdadeira campanha. (...) Havia duas correntes dentro o movimento abolicionista: os moderados (...) e os radicais”. (MOTA, 1997, p. 70). Em suas narrativas, o autor menciona as leis citadas acima como decisivas para o processo abolicionista. Em Reis a campanha as leis foram preponderantes no processo de libertação. Em conjunto com o movimento abolicionista a lei Auréa e o resultado desse processo. Em um pequeno trecho o autor faz referência a luta escrava contra a escravidão, dizendo “escravos continuavam a organizar fugas e alforrias coletivas. Ex-escravos manifestavam-se nos centros urbanos”. (REIS, 2009). Algo encontrado nas narrativas de Vicentino quando menciona a luta negra em uma frase, “as fugas dos escravos tornaram-se frequentes.” (APOLINÁRIO, 2010, p.229). Em Panazzo (2006) o processo de abolição segue a ordem em que as leis interferem nessa luta. Mesmo autor reconhecendo que “o movimento abolicionista no Brasil intensificou-se na segunda metade do século XIX. Havia vários grupos envolvidos, os escravos (maiores interessados) queriam alforria imediata; foram apoiados por intelectuais, jornalistas e escritores.” (PANAZZO, 2006, p. 58). Mesmo reconhecendo que o negro era o maior interessado no processo de abolição o autor não destaca sua luta e resistência, e sim dar ênfase as leis como formas conservadoras de abolir a escravidão.

Em Vicentino (2009) o fim da escravidão veio com um conjunto de fatores além das leis, como a escassez da mão de obra, após o fim do tráfico, a repercussão do ideário abolicionista, fatores, econômicos, Guerra do Paraguai e a resistência dos africanos escravizados. Sobre o último ponto o autor destaca

A rebeldia dos cativos era outro fator bastante decisivo minava a continuidade da escravidão e era expressa das mais diferentes formas: fugas, suicídios, assassinato de feitores e senhores, atraso proposital na realização das tarefas, quebra de instrumentos de trabalho, interferência nas transações de compra e venda dos cativos, muitas vezes com o intuito de não separar laços familiares, esforço na preservação de valores ligados às origens, como danças, rituais, músicas etc. (VICENTINO, 2009, p. 247).

Dessa forma, a abolição da escravatura é o resultado do processo de um contexto bem mais amplo do que apenas as leis do período, os que lutaram contra a escravidão são reafirmados nas narrativas acima. No sentido de construção do processo de abolição o autor Boulos (2009) constrói a ideia de abolição a partir da luta do negro ao longo da história, destacando as diversas formas de resistência como a capoeira, quilombos, as revoltas locais, as conspirações, as religiões, as fugas e desobediências. As leis do final do Império seriam mais alguns fatores do processo, mas não preponderante. De acordo com o autor:

O processo que levou o fim da escravidão no Império se iniciou antes dessa e se prolongou por quase todo o século XIX. Entre os fatores que contribuíram para a abolição, cabe citar: a resistência dos próprios escravizados e o movimento abolicionista.

Enquanto durou a escravidão, houve resistência.

Um exemplo expressivo de resistência dos escravizados no século XIX foi o ciclo de revoltas lideradas por eles na Bahia, entre 1807 e 1835. (...) mais de vinte revoltas e conspirações promovidas pelos africanos e seus descendentes. (BOULOS, 2009, p.259).

O autor destaca que a libertação dos escravos é um resultado de ações coletivas dos negros que lutavam e resistiam constantemente ao longo da história. As diversas formas de luta em busca da liberdade é um ponto de importância nas narrativas de Boulos (2009), luta na qual não foi apresentada por autores citados anteriormente.

De acordo com Valente (2005), “foi nesse contexto que os negros, a partir de 13 de maio de 1888, passaram de escravos a homens livres. Passaram a viver uma nova situação: o desemprego, o subemprego e a marginalidade”. (VALENTE, apud, BRANCO, 2005, p. 136).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do livro didático envolve uma grande dimensão de construção social, histórica e educacional. Influenciando diretamente em seu conteúdo vinculado na sala de aula. O tema da cultura afro-brasileira abordada nesse trabalho, não era privilegiada pela historiografia tradicional e pouco apareciam nos livros didáticos. A nossa pesquisa possibilitou uma reflexão sobre a Lei 10. 639/03. A Lei 10.639/2003 é produto de uma luta histórica acerca da afirmação dos negros na sociedade brasileira.

Com mais de uma década após a construção da Lei 10.639/03, percebe-se que tal temática é pertinente, e recentemente passou a ser estudada, investigando, analisando e repensando o ensino. Porém, o tema do negro no livro didático e as suas relações com a Educação Brasileira e significativamente com o ensino de História, apresenta-se marcas do "silêncio". Esta situação nos inquieta e leva-nos a pesquisar, para que possamos perceber esta aproximação. Freire (2001, p. 32) nos orienta que "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino".

Traçar análise em obras de livro didáticos é um desafio porque estão carregadas de intenções, subjetividade e recortes. Ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com temáticas em que o "negro" não aparece em meio aos processos históricos, existindo uma lacuna de participação de sujeitos históricos tão importantes para a formação do Brasil.

Essas lacunas históricas foram importantes para nossa problemática e para podermos perceber as mudanças existentes entre um produção e outra. Enquanto alguns autores trazem a forte presença do negro em suas discussões privilegiando temas e contextos, outros ocultam, transformam em silêncios.

Sabe-se que o livro didático é o responsável por vincular conhecimento no meio educacional e nas escolas. Sua produção e consumo envolvi sujeitos vivos. Ao longo de nossa história as políticas públicas que envolvia a elaboração do livro didático deixou fora da história contada os afro-brasileiros, ou se abordassem trazia-os como inferiores e não sujeito de sua história. Nosso trabalho deixa um espaço para novas discussões historiográficas. Não encerramos aqui a investigação, mas fortalecemos e demos um passe inicial para um futura pesquisa, seja com nova metodologia, referências teóricas ou recorte temporal. Contudo, esse trabalho torna-se importante para o fortalecimento da cultura afro-brasileira.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS.

BRANCO, Raynette Castello. O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual do ensino, no Recife. 2005.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Práticas de Leituras. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Flávio. Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

_____ 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GATTI Junior, Décio. A Escrita Escolar da História. Livros Didáticos e Ensino no Brasil (1970-1990) Baura / Uberlândia: Edusc / Edufu, 2004

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil. 26 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAESTRI, Mário. Uma história do Brasil: Império. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas Brasileira. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). História, São Paulo, 28 (2): 2009.

OLIVEIRA, Elaine Santos. **SANTOS**, Maria Alaine da Silva. **SILVA**, Andréa Giordanna Araújo. O livro didático: um estudo da abordagem da História do Negro em São Luís do Quintunde. VII Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (VII EPEAL). 2014.

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. XVIII Simpósio Nacional de História, Recife-PE, em julho de 1995.

GILROY, Paul. (2001) O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986- 2010). 1º Edição – Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental: uma primeira análise. 2010.

SANTOS DE JESUS, Fernando. O negro no livro didático de história do ensino médio e a Lei 10.639/03. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n.1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Manoel Messias de. **Jesus**, Maria de Fátima. **Cruz**, Tatiane dos Santos. História e cultura afro-brasileira na escola: Lei 10.639/03. *Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira*. ANO V – nº 07, setembro 2012 – ISSN – 1983-1285.

TEIXEIRA, Rozana. A representação social do negro no livro didático de História e Língua Portuguesa. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro – PUCPR.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasileira: MEC, SECADI, 2013.